



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2017-2021

Ata n.º 8/2019

Sessão Ordinária de 25 de Junho de 2019

Aos vinte e cinco dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e dez minutos, na Sala de Reuniões do Edifício Eng.º Duarte Pacheco, em Loulé, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Adriano Lopes Gomes Pimpão, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

-----Lista de Presenças:-----

24 Deputados Municipais do PS- Adriano Lopes Gomes Pimpão (Presidente da Assembleia), Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luis Calçada Correia, Carlos Manuel Pontes Costa, Vitor Cristiano da Piedade Ferreira, Maria Esteves Ferreira Lourenço, Hugo Miguel Guerreiro Nunes, Abel Filipe dos Santos Matinhos, Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves, Fernando Pereira Marques, Hermes Luis de Brito Alberto, Joana Guerreiro da Conceição, Fábio Miguel Cortes Nobre, Dora Maria Portela do Olival, José João Magalhães David, Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira (em substituição de Rosa na Corga Fernandes Durão), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente a Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Manuel Francisco Gonçalves Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião);-----

9 Deputados Municipais do PSD- Sebastião Francisco Seruca Emídio, Mário Baião Botelho da Silva, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (2ª secretária), Sérgia Maria Vicente Coelho Medeiros, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, João Manuel Guerreiro da Conceição, Bárbara Maria do Amaral



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Correia, Francisco André Pereira Rodrigues (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/ Benafim);-----

1 Deputado Municipal do CDS- António José Mendes Pinto Farrajota;-----

1 Deputado Municipal do BE- Rogério Rochinha de Jesus Ferreira (em substituição de Carlos José da Silva Martins);-----

Também estiveram presentes o Presidente da Câmara, Vitor Aleixo e os Vereadores, Pedro Pimpão, Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Ana Machado, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, José Graça e Horácio Piedade.-----

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:-----

A Deputado Municipal do PS, Rosana Corga Fernandes Durão, tendo a mesma sido substituída respetivamente por Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira.----

O Deputado Municipal do PSD,-----
Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Francisco André Pereira Rodrigues.-----

O Deputado Municipal do BE, Carlos José da Silva Martins, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Rogério Rochinha Jesus Ferreira.-----

O Deputado Independente, Fernando Santos apresentou justificação de falta.--

Para coadjuvar os trabalhos na mesa nas funções de 1ª Secretária, foi solicitada a colaboração da senhora Deputada Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves.

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o Senhor Presidente da Assembleia, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----Ordem de Trabalhos-----

1-Intervenção do Público;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

2-Aprovação de Atas;-----

3-Informação sobre Expediente e Requerimentos;-----

4-Período de Antes da Ordem do Dia;-----

5-Moções;-----

6-Período da Ordem do Dia;-----

a)- Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;-----

b)- Proposta 28/2019- Deliberação relativa à Eleição de 1 cidadão eleitor para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ), no seguimento de uma renúncia de 1 membro, a fim de dar cumprimento à alínea l) do ponto n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 23/2017, de 23 de Maio;---

c)- Proposta 29/2019- Deliberação relativa às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Ano de 2018, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, conjugado com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 925-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

d)- Proposta 30/2019- Deliberação relativa à 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita/2.ª Revisão ao Orçamento da Despesa/2.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais/2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 934-2019]; -----

e)- Proposta 31/2019- Deliberação relativa à Assunção de Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais, para efeitos do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 954-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

f)- **Apreciação da Informação relativa à Revogação do Procedimento de Elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Loulé (PUCL); [Proposta da Câmara Municipal n.º 702-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

g)- **Apreciação da Informação relativa à Aprovação da Estratégia Local da Habitação; [Proposta da Câmara Municipal n.º 884-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

Foram iniciados os trabalhos;-----

1-Intervenção do Público;-----

Não havendo inscrições e intervenções por parte do público o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou ao ponto seguinte:-----

2- Aprovação de Atas;-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** colocou à votação a **Ata n.º 4/2019 (Sessão Extraordinária de 5 de Abril de 2019)**.-----

Não havendo nenhuma retificação, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou de seguida à votação da mesma:-----

Ata n.º 4/2019 (Sessão Extraordinária de 5 de Abril de 2019), foi aprovada.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

3- Informação sobre Expediente e Requerimentos;-----

Neste ponto, o Senhor **Presidente da Assembleia**, disse que na sequência de uma informação que tinha prestado na última Sessão, no dia 21 de Junho, sobre as conclusões do encontro dos Presidentes das Assembleias Municipais do Algarve, cujo tema foi o debate sobre a regionalização, e as conclusões foram passadas para um documento, que obteve unanimidade por parte dos 16 Presidentes de Assembleias Municipais do Algarve, e como tal, para conhecimento desta informação, fez distribuir nesta Sessão, uma cópia desse documento .-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Prosseguindo a Ordem de Trabalhos, passou ao ponto seguinte:-----

4- Período de Antes da Ordem do Dia;-----

Foi concedida a palavra ao Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alte, António Martins**, que começou a sua intervenção, citando um excerto do discurso de uma jovem de 16 anos, dirigido ao Secretário Geral das Nações Unidas, António Guterres "... ao longo de 25 anos, inúmeras pessoas estiveram nas conferências sobre o clima, nas Nações Unidas, pedindo aos líderes mundiais, para que parassem com as emissões de gases de efeito estufa, mas claramente isso não funcionou, já que as emissões continuam a aumentar, referindo que irá pedir à comunicação social que comece a tratar a crise, como uma crise, e pedirá à pessoas de todo o mundo, que percebam que os nossos líderes políticos falharam connosco, porque estamos perante uma ameaça existencial, e não temos tempo, e Países ricos como a Suécia, decidiram reduzir as emissões, em pelo menos 15% por ano, para se atingir a meta do aquecimento de 2 graus, e seria de esperar que os meios de comunicação social, e todos os líderes, falassem sobre este assunto, mas ninguém mencionada nada, e ninguém fala do facto, de estarmos perante a 6.^a extinção em massa, com até 200 espécies sendo extintas por dia, além disso, também ninguém fala, sobre o principio da equidade, claramente declarado no "Acordo de Paris", o qual é absolutamente necessário, para que este seja exequível à escala global, e isso significa, que Países como os nossos, precisam de reduzir as suas emissões até zero, dentro de 6 a 12 anos, para que as pessoas nos Países mais pobres aumentem o seu padrão de vida, construindo algumas das infraestruturas que já construímos, por exemplo, hospitais, eletricidade e água potável, e como é que podemos esperar que Países como a India, Columbia ou a Nigéria, se preocupem com a crise climática, se nós que já temos tanto, não nos importamos nem um pouco, com os nossos compromissos com o acordo de Paris, porque hoje usamos 100.000 barris de petróleo por dia, e não há nenhuma politica global para mudar isso, portanto, não viemos aqui implorar ao líderes mundiais, que cuidem do nosso futuro, eles ignoram-nos no passado, e irão ignorar-nos novamente, mas viemos aqui, para que eles saibam que a mudança está a chegar, gostem ou não, as pessoas enfrentarão o desafio...", aconselhou todos os Deputados Municipais a lerem o texto integral deste discurso, e a refletirem sobre ele, porque nos últimos 40 anos, todos temos responsabilidades politicas locais, e no Concelho de Loulé, o risco de incêndios e catástrofes ligadas ao aumento de temperatura, à erosão dos solos, aumentou muitíssimo, os areais das praias de Quarteira diminuem todos os anos, todas as populações de pirilampos desapareceram dos nossos cursos de água, e as joaninhas também estão praticamente extintas, bem como, todas as comunidades



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

residentes de corvos, que são apenas alguns exemplos, tal como algumas aves de rapina, como a águia real, desapareceram completamente, e outras como a do bufo real e a coruja das torres, encontram-se em situação crítica, tal como as nossas lontras e os nossos texugos, pelo que, devemos pensar nestes factos e nas afirmações desta jovem de 16 anos, quando tivermos a tentação nesta Assembleia, de votar contra as medidas preventivas, que visam salvaguardar a importantíssima zona de Quarteira, e quando nos vier à cabeça pedir ao Executivo Municipal, que meta uma "cunha" junto ao Governo, para isentar um projeto com a dimensão do projeto do Vale do Freixo, de estudo de impacto ambiental, e pensemos nisto quando uma qualquer Empresa possa desviar toda a água de uma ribeira, para regar o seu projeto de citricultura hiperdimensionado. Finalmente disse que iria hoje dar os parabéns, ao Presidente Vitor Aleixo e ao seu Executivo, pela coragem de terem posto as questões das alterações climáticas na agenda das Autarquias, chamando a atenção para a nossa responsabilidade, e por ter assumido ontem, na 5.ª reunião da Comissão Local de Acompanhamento das EMAC de Loulé, que as conclusões do estudo, acerca das consequências das alterações climáticas no nosso Concelho, serão instrumentos fundamentais na elaboração das políticas locais para os próximos anos.-----

De seguida pediu a palavra o Senhor Deputado António Farrajota (CDS), dizendo que gostaria de fazer uma Adenda, referindo-se à última Sessão, a propósito do assunto da Circular Norte de Loulé, e da contestação verificada por parte de alguns proprietários de terrenos, que eventualmente serão intervencionados, e no seguimento do que se passou na última Sessão, o CDS fez um pequeno estudo, porque o tempo entre essa Sessão e esta era pouco, sobre a quantidade de tráfego tanto a Norte como a Sul, de Loulé, sem ser nas horas de mais tráfego, chamadas "horas de ponta", porque essa informação poderia deturpar o estudo, tendo o estudo sido feito a meio da manhã, e o que se verificou, é que o tráfego a Norte, durante uma hora, vindos do lado poente, 136 automóveis, 32 dos quais veículos pesados, e para a saída, 120 veículos, dos quais 1 pesado, isto na Rotunda junto ao Centro de Saúde, e na Rotunda chamada de Rotunda do Relógio, a Sul, durante uma hora, entraram 432 veículos, dos quais 40 pesados, e saíram 401 veículos, dos quais 16 pesados, e a ser completada a Circular Norte, ficará por resolver o tráfego a Sul, que na opinião do CDS, esta Circular Sul é que deveria ser completada, resolvendo o eventual problema da Circular Norte, porque estarão interligadas, e está é que deveria ser a opção, e dando uma vista de olhos, o que haveria a fazer na Circular Sul, tem uma extensão de aproximadamente 1,5 a 2 km's, o que no seu entender, esta opção deveria ser levada em consideração pela Vereação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Foi também dada a palavra ao Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, que iniciou a sua intervenção dando os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, pela inauguração do Quartel da GNR em Quarteira, o que de certa forma melhora a questão da segurança em Quarteira, no entanto há questões de detalhe que são muito importantes, entre as quais, o facto de que nos últimos 3 anos, perdemos cerca de 22 efetivos em Quarteira, e no âmbito daquilo que é a Freguesia de Quarteira, e na parte da orla litoral, que também abrange a Freguesia de Almancil, perdemos cerca de 23 efetivos, e existem também problemas com as viaturas, com a mobilidade, e o facto de poder garantir a segurança dos cidadãos na faixa costeira, com a época balnear que já está a decorrer, não só porque aumenta significativamente o número de pessoas que vêm para cá nesta altura, mas também porque se verificou um aumento da população local, e estes fatores tornam esta matéria sensível, sobretudo no turismo, que é muito sensível à insegurança, e neste contexto, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, se tem algo a dizer à Assembleia, nomeadamente, quando há vários dias da semana, ou quase todos, em que não há homens, porque os que vieram para cá, são aqueles que acabaram os cursos e não estão aptos a fazer patrulhas sozinhos, porque, se em Almancil houver uma ocorrência, Quarteira e Vilamoura ficam sem ninguém para fazer patrulha, ou acorrer a uma emergência, e este é um aspeto que preocupa o PSD, pelo que, a Bancada do PSD dirige um apelo forte ao Senhor Presidente da Câmara, para que junto do Governo Central, tome diligências, para melhorar a desafetação de recursos humanos.-----

Outra questão que quis abordar, que lhe foi transmitida pelos Empresários que estão instalados na faixa litoral, nomeadamente na Av.^a Infante de Sagres, que dizem ter falta de animação, e que a Avenida parece deserta, com falta de atividade, de iniciativas por parte da Câmara, não sendo em quantidade, que fosse pelo menos em qualidade, e como este Executivo é conhecido essencialmente por fazer muitas festas, perguntou se estava em agenda, mais alguma para a Avenida do Mar, em Quarteira.-----

Quanto a questões de renovação física da Avenida, em toda a zona do Calçadão, questionou se haveria pelo menos algum projeto, para renovar ou ampliar, a zona que vai entre o Calçadão e área que está a ser intervencionada e onde será o Mercado Municipal. Sobre a Rua 25 de Abril, perguntou se há algum projeto, uma vez que no Mandato anterior do PSD, havia um projeto, que não foi adiante porque tinha a ver com a alguma oposição por parte dos moradores, e de quem ali residia, perguntando ao Senhor Presidente da Câmara, se entretanto, nestes últimos 6 anos, se prorrogou o projeto, ou se pensou em algo que possa melhorar o aspeto e a funcionalidade daquela rua.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Seguidamente foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, dizendo que iria falar em 3 assuntos, porque não esteve na última Sessão. E um assunto discutido que lhe chamou a atenção, porque apesar de não ter estado cá, viu a Sessão em direto, e sobre o assunto da Unidade de Execução, andou a fazer umas pesquisas e chegou a uma conclusão, que ninguém se opôs à publicação do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio, nem a AMAL, nem a Associação Nacional de Municípios, nem as Câmaras Municipais, em que assumiram, claramente, uma legislação própria, de um Governo, em que, o PS que está no Governo hoje, tentou reverter uma serie de coisas e nisto não reverteu nada, e hoje temos as Câmaras, especialmente neste caso, a nossa Câmara, com uma "batata quente" nas mãos, que é a Unidade de Execução, e que vai por toda a população daquela área contra a Câmara, porque as pessoas deixam de ter os seus terrenos, que foram durante anos expectativas familiares, passarem a rústicos, e além disso, vão aumentar o orçamento da Câmara, na medida em que, caberá à Câmara fazer tudo o que é infraestruturas, e além disso, retira à Câmara o poder de decisão, porque a Câmara está a seguir efetivamente aquilo que o Governo publicou em 2014 e 2015, e discorda completamente disto, e no seu entender, acha que a Câmara deveria tomar uma posição pública sobre isto, sobretudo a análise deste documento legislativo, Decreto-Lei n.º 80/2015, de 13 de Maio, mas falando de mais atrás, do que deu origem à publicação, que foi o Decreto-Lei n.º 31/2014, de 30 de Maio, iniciativa do PSD, e sobre isto disse que era um assunto que se devia debater, e muito bem discutido, porque as Câmaras estão a assumir um desgaste perante as populações, é preciso tomar uma posição e reivindicar junto do Poder Central, a alteração e a revogação desta Lei.-----

Outro assunto que quis abordar, foi o da Circular Norte, que vem de Quarteira para Loulé em direção a S. Brás de Alportel, e temos que entrar no centro de Loulé para ir para S. Brás, como é que é possível, isto tem que ser alterado, como é que nós temos uma placa a indicar S. Brás, através de uma Circular e depois temos que voltar ao centro de Loulé, é inadmissível, por isso a Circular Norte, já devia estar feita, há pelo menos 15 anos, para não estarmos agora a colocar a hipótese o de uma nova Circular, ou a Sul, ou a Norte, e na sua opinião deve ser feita primeiro a Norte e depois logo se fala a Sul.-----

Pediu também a palavra o Senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, que começou a sua intervenção dizendo que gostaria de fazer suas, as palavras ditas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alte, António Martins, porque de facto não há "Planeta B" e é necessário declarar emergência climática.-----

Sobre outro assunto, disse que no ano passado, foi aprovado na Assembleia Municipal, uma proposta para a questão do Provedor Municipal, em que o Bloco de Esquerda tinha proposto, que fosse criado até ao final do primeiro semestre de



Handwritten signatures and initials.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

2018, mas o Senhor Deputado Calçada Correia (PS), propôs que o prazo passa-se para até ao final de 2018, contudo, já estamos no final do primeiro semestre de 2019, pelo que pergunta, para quando será possível a elaboração do Regulamento, porque tem que partir de uma iniciativa Camarária, para que a proposta possa ter andamento, e se avançar com a questão do Provedor Municipal.-----

De seguida, disse que mediante os apelos que foram feitos na última Sessão da Assembleia Municipal, não só pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, mas também por um Senhor Deputado da Bancada do Partido Socialista, questionou se o Executivo Municipal, estaria ou não, recetivo, ao alargamento do prazo de Discussão Pública sobre a Unidade de Execução.-----

Referiu também que neste dia, estava agendada uma conferência de imprensa por parte da Câmara Municipal, às 10h30, sobre a apresentação do Plano Estratégico Local de Habitação, mas bateu com o nariz na porta, porque a mesma foi cancelada.-----

Congratulou-se pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pelo documento que entregou aos Senhores Deputados sobre a Regionalização, e da unanimidade que houve entre todos os Presidentes das Assembleias Municipais do Algarve, presentes naquela reunião, o que é interessante, e talvez seja a altura de se começar, clara e inequivocamente, a falar na regionalização e a começar a esquecer esta municipalização, que a partir do ano de 2021, todos seremos obrigados a ter, porque de descentralização tem muito pouco, e parece muito mais uma municipalização, mas também na altura em que se for discutir a não aceitação de uma série de transferências de competências, que a Câmara não quer aceitar, e muito bem, na sua opinião, e como tal considera muito importante que se comece a falar nesta Assembleia, da regionalização e na questão da região piloto no Algarve.-----

Interveio de seguida o Senhor Deputado Calçada Correia (PS), dizendo que a questão que vai colocar, já foi falada há 1 ano e tem a ver com o problema da Estrada Nacional 125, sobretudo agora que se inicia mais uma época alta turística, e falando em nome do nosso Concelho, disse que era lamentável continuarmos a oferecer, quer do ponto de vista da mobilidade, quer do ponto de vista visual, do estado degradante desta estrada, e que se fizeram uma série de rotundas, mas que eram vergonhosas, até porque as Infraestruturas de Portugal, nem sequer cumprem o que está na lei, que é não haver zonas de mato, e aquelas rotundas hoje, infelizmente são um autentico mato, e para quem nos visita esta é a via principal que é utilizada pelos turistas, e no seu entender, a região devia concertar-se de forma conjugada, independentemente da cor partidária, e criar um conjunto de ações, de forma a lutar contra as Infraestruturas de Portugal, questionando o Executivo se já houve algum tipo de ações, ou se a AMAL, ou a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

CCDR, tem colocado a questão às Infraestruturas de Portugal, uma vez que a região é fortemente penalizada com o estado degradante, de 3.º mundo, que nós apresentamos a quem nos visita.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, que referindo-se à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), disse que referiu a Circular Sul, com os números que o CDS obteve, e quando se tem um tráfego 3 vezes superior a Sul do que a Norte de Loulé, pareceu-lhe óbvio que se fizesse primeiro a Circular a Sul, em vez de ser a Norte, admitindo que com certeza tem uma opinião diferente da do PS, mas é a sua opinião.-----

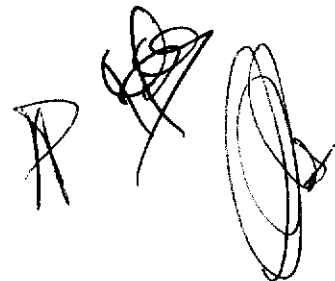
Também foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, que começou por congratular a Câmara Municipal, pelo início das "Férias para Todos", com cerca de 1.200 a 1.500 jovens por semana, que frequentam durante 10 semanas, entre o dia 24 de Junho e o dia 30 de Agosto, e este ano, as crianças com necessidades especiais, também participarão nas "Férias para Todos", e terão a seu cargo, uma educadora com atenção especial às suas necessidades.----

Em segundo lugar, congratulou o Município, que irá receber no próximo dia 28 de Junho, no Auditório do Nera, organizado pela Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve e pela Câmara Municipal de Loulé, o primeiro encontro regional de transição energética.-----

Em terceiro lugar, saudou mais uma edição, do Centro de Saúde das Brincadeiras, que decorreu em Loulé e em Quarteira.-----

Por fim referiu a aprovação de 3 projetos para Loulé, que têm o objetivo de fomentar abordagens locais, inovadoras, de desenvolvimento social, e promover estratégias locais de inclusão ativa, com um total de 269 mil euros de investimento, Loulé ganha mais 3 respostas inovadoras com a duração de 3 anos, designadamente na Associação Poeta António Aleixo, na Cruz Vermelha Portuguesa e na Associação Artística Satori, e que, com estas medidas estamos todos de parabéns.-----

De seguida pediu a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, para falar de problemas que considera pertinentes, começando por falar da Estrada Nacional 396, e das dificuldades com que as pessoas se deparam para vir de Quarteira para Loulé, fazendo uma autêntica gincana para se desviarem dos buracos, e apesar de saber que a Estrada não é uma Estrada Municipal, mas sim uma Estrada que pertence às Infraestruturas de Portugal, mas como é pratica comum, este Município fazer-se substituir ao Governo Central, no sentido de resolver grande parte dos problemas dos cidadãos, o que considera fantástico e benéfico, e que deve de facto intervir sempre que é possível, até porque neste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

caso, trata-se de uma obra de pouca monta, e relativamente pouco custosa, questionando o Executivo se pelo menos poderá colocar algum manto de alcatrão, que possa evitar os carros, de andarem em gincana, e de evitarem eventualmente algum acidente, e se pretende reabilitar aquela zona, sobretudo os passeios que se encontram cheios de buracos, porque estão ali concentradas algumas unidades turísticas, nomeadamente a Vila Sol e o Aquashow, apesar de se saber que não é da competência do Senhor Presidente da Câmara Municipal, mas como muitas outras obras idênticas, resolveram-se ou pretendem resolver-se num futuro imediato através da Câmara Municipal, e tendo esses mesmos pressupostos, o PSD gostaria que se pudesse englobar esta área nessas situações.-----

Outra questão levantada pelo Deputado, foi o ponto de situação da obra da Estrada do Cemitério, que já se arrasta há bastante tempo, dificultando a realização dos funerais de uma forma correta, e dadas as reclamações dos munícipes que são muitas, questionou se existira um prazo, uma data prevista para o fim desta obra, e se eventualmente existe algum projeto ou plano de urbanização, para os terrenos em frente ao Cemitério, ou até o alargamento do Cemitério para o outro lado da via, e no fundo, saber se existe alguma intenção da Câmara Municipal nesse sentido.-----

Questionou também o ponto de situação do Mercado de Quarteira, porque é uma infraestrutura que há muito tempo a população de Quarteira deseja, e que vem melhorar a condição económica, quer dos comerciantes, quer dos munícipes.-----

Outra questão que também abordou, foi a da dignificação do comércio, em que no manifesto eleitoral, uma das questões a que se agarra é a da dignificação do comércio, e como tal, questionou o Senhor Presidente da Câmara, sobre o que é que tem feito nos últimos 6 anos sobre esta questão, porque existem uma serie de indústrias que estão estabelecidas no Município de Loulé.-----

Falou também sobre a questão do Bairro Municipal, junto ao Estádio, que se encontra cada vez mais degradado, e existem zonas circundantes que estão pouco dignas, as casas estão debilitadas, e sobre o estado do Bairro Municipal, questionou o Executivo já tinham algum projeto para a reabilitação do mesmo.----

Sobre a frente mar de Quarteira, que na sua opinião se encontra muito desproporcional, como marginal e que é o cartão de visita da cidade, perguntou o que é que o Executivo tem em mente para melhorar aquela zona.-----

Por fim, falou da questão dos transportes públicos, dizendo que muitos munícipes, continuam sem poder aceder aos transportes públicos, especialmente em datas festivas, em feriados, fins de semana e à noite.-----

Interveio de seguida o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, Telmo Pinto, na continuidade do que foi dito pelos Senhores Deputados Calçada Correia (PS) e Mário Botelho (PSD), sobre a Estrada Nacional



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

396, afirmando que impacto do estado em que se encontra aquela estrada, já não é só em termos visuais, mas sim em termos de segurança, e que deve realmente haver uma ação mais dura com as Infraestruturas de Portugal, e que a Junta de Freguesia de Quarteira há pouco tempo fez um registo fotográfico, com perfis e anomalias, que foi remetido para as Infraestruturas de Portugal, e que ainda não obteve nenhuma resposta, tentando desta forma fazer alguma pressão para que possa haver alguma intervenção na Estrada Nacional 396.-----

Foi também dada a palavra ao Senhor Deputado Seruca Emídio (PSD), dizendo que a sua intervenção tinha efetivamente a ver com o Plano Loulé Sul e que gostaria de manifestar as suas preocupações e dúvidas relativamente a este assunto, e como foi demonstrado pelo Senhor Deputado Carlos Martins (BE), com uma serie de questões a que serão com certeza respondidas pela Câmara Municipal. Referiu que este Plano se iniciou no mandato do Senhor Presidente Joaquim Vairinhos (PS), e que durante o seu mandato (PSD), ele próprio acabou e aprovou, mas que não foi executado, e que de qualquer forma, o que está aqui em causa, entre outros aspetos, é que aquele Plano era um Plano estruturante, que contemplava algumas valências muito importantes para a cidade, desde logo a Sede da Junta de Freguesia de S. Clemente, um Infantário, uma Praça que vinha dignificar muito a cidade de Loulé, em frente ao Estádio, estacionamento em número bastante acentuado, e depois uma ligação à Fonte da Pipa, e outra ligação a Vale de Rãs, e são estas questões que gostaria de deixar, para que sejam respondidas, até porque como disse na altura o Senhor Deputado Carlos Martins (BE), há também aqui uma questão de gestão de dinheiros públicos, pois foram investidos muitos milhares de euros, em infraestruturas, e portanto seria aconselhável, e de considerar, que se aproveitassem algumas daquelas infraestruturas e alguns aspetos que o Plano contempla, e compreendendo que o Plano já está desajustado ao fim deste tempo, seria no entanto de aproveitar, muito do que já foi feito, e neste aspeto, como disse o Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), gostaria de perguntar, se neste Plano não for construído lá nada, se também perde a potencialidade urbana, como perde o outro lá em cima ao pé da 2.ª Circular, porque do seu ponto de vista, não faz sentido nenhum, é o miolo da cidade, porque aquela é uma zona nobre da cidade, e está nas mesmas circunstâncias, se não for implementado, do Plano de cima.-----

Dirigindo-se à Senhora Vereadora Heloísa Madeira, questionou em que ponto se encontra o PDM de Loulé, porque o PDM é fundamental para o desenvolvimento estratégico do Concelho, e por aquilo que sabe, o prazo para a Revisão termina em Junho de 2020, o que pressupõe, que estamos a 1 ano da aprovação do PDM, e que era importante que a população do Concelho de Loulé, fosse tendo a informação de como é que está evoluindo o PDM, porque isto diz muito à maior



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

parte da população.-----

Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, dizendo que as questões que lhe levaram a pedir a palavra, são de alguns pedidos de esclarecimento por parte da Bancada do PSD, que não entendeu, e uma das questões levantadas, pelo que percebeu, tem a ver com a ausência de animação na Av.^a Infante Sagres, entre o Calçadão e o lado do Mercado, do ponto de vista da animação e do ordenamento daquele espaço, questionando o Senhor Deputado João Guerreiro (PSD) se o que lhe faz falta lá, serão os parquímetros para melhorar a questão do estacionamento.-----

Sobre a questão levantada pelo Senhor Deputado António Farrajota (CDS), e do estudo apresentado, baseado numa contagem, sobre o volume de tráfego e o número de viaturas com características ligeiras e pesadas, o que no seu entender este tipo de estudos, envolvem algum tempo, um período horário, envolvem a época alta e a época baixa, e a partir daí, chegamos à conclusão do que é que é necessário para uma Via nova, para o alargamento de uma Via, etc, e na última Sessão da Assembleia, o Senhor Deputado disse que não concorda com a obra da Circular Norte, no entanto, no seu entender esta obra irá justificar-se ao longo do tempo, e cada vez mais ela é necessária, no sentido de dar vazão ao trânsito pesado, dentro do miolo da malha urbana de Loulé.-----

Sobre a Estrada Nacional 396, disse que os Executivos Socialistas, fizeram uma parte, até à Rotunda das Pereiras, aquela grande variante, uma obra perfeita, e a saída de Quarteira, entre a Rotunda da BP e a outra Rotunda ao lado do LIDL, e o Executivo PSD, em 12 anos, com mil milhões de euros, poderiam ter dado também um jeito nessa Estrada, com as tais 4 faixas, contudo, e atualmente, reconhece que é necessária a reparação daquela via, para que não hajam danos em pessoas e bens.-----

Foi também dada a palavra ao Senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, e relativamente ao que foi dito pelo Senhor Deputado Calçada Correia (PS), sobre a Estrada Nacional 125, disse que concordava com tudo o que foi dito, que está uma autêntica vergonha, e que o Município de Loulé tem que tomar uma posição sobre este assunto.-----

Em relação ao Bairro da Abelheira, em Quarteira, depois da requalificação que foi feita, questionou o Executivo, se estava ou não, aberta a hipótese de se repor lá um espaço, em terrenos camarários, para as crianças poderem jogar à bola.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, dizendo que a pedido de alguns cidadãos, questionou o Executivo, se para Fonte Santa, tinha algum projeto de dignificação daquela área, por se tratar de um marco histórico



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

da nossa terra, e de Quarteira, por estar ligado a um sentimento popular da daquela cidade.-----

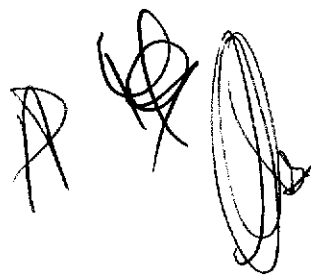
Relativamente à questão da animação na Av.^a Infante Sagres, em Quarteira, disse que, é a mais visitada do Concelho inteiro, e tem uma importante vertente económica, que é fundamental para o nosso Município, e daí também a importância da animação naquela Avenida.-----

Também voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, dizendo que gostaria de dizer uma coisa de uma forma muito clara, nunca o fez e não tenciona voltar a fazê-lo, que é, criticar as ideias da Oposição, ou as ideias do Partido que representa, ou as ideias da Vereação, ou as ideias dos Senhores Deputados, porque todos fomos eleitos para servir o Povo, e não para ridicularizar as opiniões dos adversários, como tal, custou-lhe ouvir as palavras dirigidas a si, pelo Senhor Deputado Carlos Costa (PS).-----

Como direito de resposta, pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, Dizendo que o Senhor Deputado António Farrajota (CDS), tinha o hábito de tecer relações, de palavras que os outros dizem, dizendo ainda, que não desrespeitou o que o Senhor Deputado do CDS tinha dito, ou a sua intervenção, no entanto, tem o direito de contestar o que disse do ponto de vista político, assim como, do que dizem os Senhores Deputados do PSD, a sua contestação é política, tal como o faz em relação a algumas inverdades que se dizem aqui, referindo que sobre a questão dos transportes públicos, no mês de Julho, vão haver transportes à noite, e desde 2016, que há transportes urbanos à noite, em Vilamoura e Quarteira, em colaboração com os empresários, para o transporte dos trabalhadores da hotelaria, portanto não é verdade o que se vem para aqui dizer.-----

Pediu novamente a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que de facto o Senhor Deputado Carlos Costa (PS), tinha razão no que disse, porque tinha visto a questão dos horários noturnos, num horário com alguns meses, e verificando o atual, existe de facto uma Linha Verde referente ao que foi dito pelo Senhor Deputado Socialista, retirando assim a questão que tinha anteriormente colocado sobre os transportes públicos durante o período noturno, porque esta questão já foi colmatada.-----

Para responder a algumas questões colocadas pelos Senhores Deputados, foi concedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, que começou por dizer que muitas das questões que são colocadas nas Sessões da Assembleia, essas questões vêm devidamente esclarecidas e informadas, no relatório da atividade

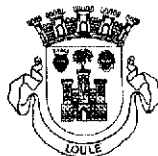


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

municipal, sugerindo aos Senhores Deputados que lessem o relatório com regularidade e atenção, porque evitariam apresentar certas questões de uma forma massiva, porque assim poupava-se imenso tempo, que é indispensável para discutir com profundidade e tempo, as matérias que estão elencadas na Ordem de Trabalhos.-----

Agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alte, António Martins, que referiu a intervenção da menina sueca que falou para o Mundo, e referiu que de facto o nosso Município, em relação á adaptação às alterações climáticas, gravíssimas, que se estão a verificar, está a fazer o seu trabalho, e este assunto irá cada vez mais dominar as discussões, porque irá ser um tema constante da nossa agenda e do trabalho da Câmara Municipal, pelo que, subscreve e sublinha a intervenção bastante oportuna que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alte, teve sobre esta temática.-----

Relativamente ao que foi dito pelo Senhor Deputado António Farrajota (CDS), e dos dados e estudo feito pelo CDS, de contagem de trânsito que fluía pela Circular Norte e do trânsito que fluía melhor pela Circular Sul, se tivesse sido feita, defendendo que a decisão do Executivo da conclusão da Circular Norte, não é a mais acertada, e será até errada, porque o grosso do tráfego se dirige à parte Sul, no entanto, quando o Senhor Vereador José Graça exercia funções de Vice-Presidente no anterior Executivo PSD, ouviu-o publicamente a defender a Circular Norte, justificando que as necessidades de utilização da parte Sul da Circular de Loulé eram cumpridas pelo troço da A22, e na sua opinião referiu que estava parcialmente de acordo com o que ele disse, porque o tráfego pesado que quiser aceder à parte Sul de Loulé, onde se localiza a área empresarial de Loulé, que é a que atrai mais trânsito pesado, utiliza na perfeição o troço da A22, que tem 3 nós de acesso, 1 deles central que entra na área empresarial, e para além disso, o estudo que existia, apontava para um projeto consumidor de recursos financeiros deste Município, de larguíssima envergadura, e que era uma obra de engenharia pesada, muito intrusiva no território, assente em pilares muito altos, com um tabuleiro suspenso, no entanto, acha que é possível encontrarem-se soluções mais adequadas àquelas que são as nossas necessidades, e é nisso que este Executivo está a trabalhar, em projetar um percurso muito mais agarrado ao território, não com um perímetro tão largo, e faz parte do projeto que já foi aqui apresentado, que é o projeto do Parque Urbano e Agrícola de Loulé Sul, que prevê uma via de atravessamento e de ligação da parte Sul da cidade de Loulé, do Eixo de Faro para o Eixo Loulé/Quarteira, é diferente, porque a visão deste Executivo é de mobilidade macro para a cidade de Loulé, que começará na Rotunda da Goncinha e terminará na Rotunda junto à zona industrial, dizendo ainda que, foi muito difícil negociar com as Infraestruturas de Portugal, durante cerca de ano e meio a dois anos, para obter a cedência da Estrada Nacional 270,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

para que pudéssemos ter a legitimidade para mandar executar um projeto, e mandar depois fazer a obra, e é esse acordo que a Oposição votou contra, e que vai permitir concluir a Circular Norte, cujo projeto está quase terminado, e a seguir irá ser aberto o concurso para a empreitada.-----

Quanto ao assunto da obra municipal do Quartel da GNR de Quarteira, que custou quase 1 milhão de euros, disse que gostou do elogio vindo do Senhor Deputado João Guerreiro (PSD), e que assim a cidade de Quarteira iria ter um Quartel da GNR definitivo, projetado e planeado com pés e cabeça, para servir a população, porque uma parte significativa do reforço de verão que a GNR faz no Algarve, irá ficar alojada nesse Quartel.-----

Quanto à questão da existência ou não de projetos, dando alguns exemplos do que perguntaram, para Av.ª Infante Sagres, para a Rua 25 de Abril, para a Fonte Santa, para a Circular Sul de Loulé, entre muitos outros, disse que todos sabem os projetos que estão em curso nestes últimos 6 anos, questionando o PSD quantos projetos que deixaram em 12 anos, porque a Oposição sabe que neste momento está em curso um projeto para a Circular Norte de Loulé, outro para a Unidade de Saúde Familiar aqui em Loulé com extensão universitária e com uma Unidade de Cuidados à Comunidade, outro projeto do Centro Educativo e Cultural de Quarteira, e que já foram feitos muitos projetos, dando o exemplo do Pavilhão Multiusos de Almancil, e que a seguir a estas obras, outras se seguirão, e que com toda a franqueza, nunca irão conseguir fazer tudo o desejavam, porque ninguém em tempo nenhum, no exercício de funções políticas, foi capaz de fazer tudo ao mesmo tempo, que é isso que parece, que a Oposição está a exigir a este Executivo.-----

Sobre a Estrada do Cemitério, confirmou que de facto têm havido problemas com o construtor, mas a obra a pouco e pouco lá se vai fazendo, e lamenta, que as pessoas que vão funerais, as que residem ali e aos comerciantes daquela Estrada, tenham sido muito prejudicados com esta situação, mas a Câmara Municipal, não tem tido capacidade de fazer melhor, porque até o Senhor Vereador do Pelouro das obras, tem andado de uma forma exigente, a acompanhar aquela obra, para vermos se aquela se conclua, e isto tem-se passado também com outras obras deste Concelho.-----

Em relação ao Mercado de Quarteira, disse que se tratava de uma obra importantíssima, e o seu projeto já está concluído, mas a 21 de Setembro, do ano passado, chegou à CML um estudo científico, sobre a elevação do nível médio das águas do mar, com cenários perspetivos para os anos 30, 50 e 100, e à luz desse estudo, nós temos que ponderar muito bem e pensar futuramente, as decisões do que vamos fazer, sobretudo quando essas autorizações de alteração de edifícios, de equipamentos públicos, se situarem na frente mar que possa estar exposta no horizonte de 100 anos, aos efeitos da elevação e das inundações da frente mar,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

temos que ponderar muito bem, porque vamos ter pela frente 30 a 40 anos, para tomarmos decisões muito sérias, e este estudo científico, vai-nos habilitar a gerir este território com o sentido de responsabilidade, como tal, não pode haver muita pressão, porque estamos a lidar com a vida das pessoas, e com assuntos muito sérios, e essas decisões não se compadecem com decisões ligeiras, mal pensadas, e neste momento estamos a pensar, que mecanismos de adaptação do Mercado, vão ser introduzidos no projeto, para que seja um projeto resiliente às alterações que aí vêm no clima, não só no litoral, mas em todo o Concelho, as alterações climáticas, não são uma moda, é um problema real que afeta todos e vai ter que ser lidado por todos, ao longo dos próximos anos, e temos que em 20 a 30 anos, adaptar todo o litoral e salvar a nossa economia, as nossas empresas e a vida e os bens das pessoas, e isso requer tempo, estudo, ponderação e maturidade política.-----

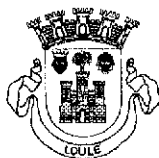
Relativamente ao Polidesportivo que foi retirado na requalificação do Bairro da Abelheira, mas em breve vai ser começada uma obra para uma pista de BMX, para os miúdos que iam jogar à bola para o Polidesportivo, que vão poder andar de bicicleta, porque esses miúdos não foram privados disso tudo, porque em Quarteira há Clubes Desportivos que aceitam os miúdos, mesmo assim a sugestão do Senhor Deputado Rogério Rochinha (BE) é boa, não cai no esquecimento, e apesar de a Câmara Municipal ter ali terrenos, de acordo com um projeto camarário e da Universidade do Algarve, dentro de pouco tempo, vamos ter lá umas Hortas Urbanas, cerca de 44 Hortas, e se mais para a frente, houver oportunidade, arranjam os mais um espaço para o Polidesportivo.-----

Esgotado o tempo concedido ao Executivo para esclarecimento e resposta às questões colocadas pelos Senhores Deputados Municipais, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos:-----

6-Período da Ordem do Dia;-----

a)- **Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município**, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;-----

Antes de dar início à discussão desta alínea, o Senhor **Presidente da Assembleia**, informou que todos os Senhores Deputados tinham recebido uma proposta de inclusão na Ordem do Dia, de 6 Propostas da Câmara Municipal de Loulé, sobre a Não-Aceitação de Transferência de Competências, que conforme a lei determina, terão que ser confirmadas pela Assembleia Municipal e têm um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

prazo que está a terminar, e desta forma, propôs que estas 6 Propostas fossem discutidas depois das Contas, uma vez que também existe prazo para aprovação das Contas.-----

De seguida pediu a palavra o Senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, dizendo que o que vai ser apresentado no último ponto da Ordem de Trabalhos, o Plano Estratégico Local de Habitação, é um documento demasiado importante para que seja visto de uma forma breve, e é que irá acontecer nesta Sessão, não concordando com esta situação.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, interveio dizendo que por Proposta do Senhor Presidente da Câmara, este documento deveria ter de facto mais tempo para ser visto e para ser debatido, sugerindo que isso fosse feito numa Sessão específica para isso, com uma apresentação por parte dos Técnicos da Câmara, disponibilizando toda a informação sobre o assunto e prestando todos os esclarecimentos necessários.-----

Foi retomada a Ordem de Trabalhos, e dada a palavra à Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, que começou a sua intervenção falando da exposição feita pelo Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), sobre a legislação da Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo, e que recolheu um amplo apoio de todos os Partidos com representação na Assembleia da República, e esta Lei de Bases, efetivamente corresponde a uma visão, para um território mais sustentável e coeso, que tenta dar de forma ponderada, um combate à desenfreada especulação imobiliária, à falta de um planeamento articulado, e a uma proliferação da edificação dispersa, e o que esta Lei de Bases tenta chamar, é a responsabilidade dos decisores políticos, nomeadamente, os Autarcas, para tomarem posição sobre as políticas de ordenamento do território, nos seus territórios, deixando para trás um período em que esses políticos ficaram sempre nas mãos dos interesses momentâneos dos promotores imobiliários, e ao contrário do que foi aqui afirmado, a decisão de avançar com esta Unidade de Execução, é exatamente a da Câmara Municipal de Loulé, assumir a responsabilidade que lhe compete, de dizer alguma coisa sobre o desenvolvimento que quer para o seu território, é assumir que quer que a cidade de Loulé cresça e que cresça naquela área, é assegurar que seja efetuada a necessária infraestruturação daquele território, assegurando de forma adequada, que este território é mantido com a classificação de solo urbano em sede de Revisão do PDM, que deverá ocorrer até Julho de 2020. Disse ainda que, tinha a referir que esta proposta de Unidade de Execução, pretende, tal como foi divulgado e como a própria proposta enuncia, dar uma nova era da prática urbanística de execução de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

planeamento da cidade, que é mais justa, mais eficaz, mais transparente, mais equitativa e mais adequada, e que assenta numa programação e numa iniciativa pública da Câmara e na mobilização dos proprietários como parceiros, numa verdadeira parceria, a Câmara é responsável pelos projetos e pela execução das obras de urbanização, infraestruturando de uma forma articulada esta parte da cidade, e os proprietários contribuem com os seus terrenos, que lhes serão retornados, infraestruturados e com mais valias imobiliárias, que serão equitativamente distribuídas por todos os parceiros da Unidade de Execução.----

Relativamente ao Plano Pormenor de Loulé Sul, disse que este Plano teve início em 1993, ora a realidade urbanística de desenvolvimento, e as exigências para o território, não as mesmas que eram em 1993, e é um Plano que nunca deixou de ser isso, é um Plano que nunca passou do papel, teve zero de execução, os munícipes deste Concelho, passando pelos sucessivos mandatos autárquicos, não conseguiram ver concretizado, nenhuma das ideias que este Plano aspirava concretizar, como tal, não deveria ser assim tão estruturante como referiu o Senhor Deputado Seruca Emídio (PSD), e o que pretendemos, é que naquela área do território aconteça alguma coisa, e é preciso que o Município tome as rédeas.-

Quanto ao processo de Revisão do PDM, tanto esta Assembleia como a Comissão Especializada de Ordenamento do Território desta Assembleia, tem sido sucessivamente e continuamente informada, dos desenvolvimentos, das reuniões e das propostas preliminares que têm vindo a ser preparadas pelo Corpo Técnico desta Câmara, e este processo de Revisão que está em curso desde 2005, nunca teve tanto impulso como nos últimos 2,3 anos, nem tanta atenção do Corpo Técnico, e dos responsáveis políticos desta Autarquia.-----

Em relação à toponímia, e ao que tem sido sempre feito nos empreendimentos turísticos, esclareceu que a atribuição da toponímia é feita por assuntos, e o assunto que foi escolhido para a Vila Sol, foi precisamente atribuir toponímia com nomes de escritores e poetas e com essa deliberação, e da proposta da Comissão de Toponímia, que foi aprovada por unanimidade, foi aprovada a atribuição de topónimos de escritores e poetas a 27 artérias da Urbanização Vila Sol.-----

Foi dada de seguida a palavra ao Senhor Vereador **Abilio Sousa**, que começou a sua intervenção pelo assunto da Estrada Nacional 396, esclarecendo que tanto na Estrada Nacional 396 como na Estrada Nacional 125, têm havido inúmeras reclamações em relação ao mau estado do pavimento, e como se trata de áreas que não do domínio da Câmara Municipal de Loulé, por salvaguarda, o Executivo levou a uma Reunião de Câmara, realizada em Quarteira, uma proposta de melhoramento da Estrada Nacional 396, tivesse de alguma forma, a garantia e o apoio da Bancada do PSD, que é representada pelos Senhores Vereadores Eng.º José Graça, e o Senhor Horácio Piedade, e eles na altura, achando que pelos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

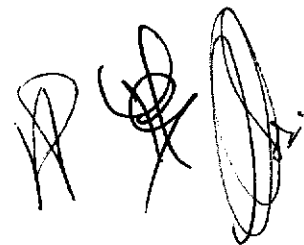
valores em causa, que não era necessário levar a Reunião de Câmara, quiseram-se de alguma forma retirar da votação, e isto em nada dignifica o que a Câmara pretendia fazer, no entanto a Câmara fez uma participação às Infraestruturas de Portugal, a dizer que era intenção da Câmara Municipal de Loulé, efetuar a reparação, já foi iniciado um procedimento de Consulta Prévia e assim que tiver concluído, irá dar-se início às reparações do piso e das bermas da Estrada Nacional 396, nomeadamente das Pereiras até à Rotunda da Avenida do Atlântico.-----

Para falar sobre a informação de ordem financeira do Relatório da Atividade Municipal, foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente, **Pedro Pimpão**, que começou a sua intervenção dizendo que daquilo que é a fotografia da execução orçamental, poderá haver alguma preocupação do ponto de vista geral, nomeadamente ao nível daquilo que é a relação da receita com a despesa, e que tem a ver essencialmente com um fator extremamente gigantesco, que é o recebimento do IMI, que ocorreu só em Junho, de cerca de 13,3 milhões de euros, o que deste ponto de vista, sobe de 2,8 milhões de euros para 13,3 milhões de euros.-----

Pedi a palavra o Senhor **Deputado Fábio Nobre (PS)**, dizendo que numa primeira leitura, este Relatório parece ser muito bom, bem fundamentado, com várias informações, e muitas questões respondidas e dúvidas tiradas, e sendo um Relatório tão vasto, quis focar três pontos, sendo o primeiro, o Prémio Literário atribuído ao poeta **Pedro Mexia**, que neste caso não foi pela sua obra poética, mas pelo conjunto de crónicas que ao longo do tempo foi publicando, e que prestigia e acaba por ser uma mais valia para o nosso Concelho.-----

Sobre o ambiente, felicitou as diversas iniciativas que têm sido feitas pela Câmara Municipal de Loulé, e lembrou, que ele e o Senhor Deputado **Joaquim Vairinhos (PS)**, apresentaram uma Moção de Recomendação sobre as questões inerentes ao plástico e da qual há alguns tópicos, que gostaria que a Câmara pudesse analisar, porque seriam uma mais valia.-----

Finalizou a sua intervenção, dizendo que é com muita alegria que vê neste Relatório, uma informação detalhada sobre o "Centro de Educação e Cultura de Quarteira", que está em fase de apresentação de propostas, até dia 22 de Julho, em que a 1.ª fase está estimada num valor de 7 milhões de euros, e que depois também terá uma 2.ª fase que englobará uma biblioteca, que irá dignificar Quarteira, que tanto precisa de uma biblioteca, porque não a tem, questionando o Executivo sobre a previsão da data de início desta obra, mesmo sabendo que as previsões nunca são fáceis de dar, mas gostaria de poder dar alguma informação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

as cidadãos de Quarteira.-----

De seguida, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, que começou por dizer que a primeira questão que gostaria de colocar, foi confirmada pelo Senhor Vice-Presidente, que tinha a ver com a alteração que houve em relação ao pagamento do IMI, sobre o valor total passar a ser de 13,3 milhões de euros.-----

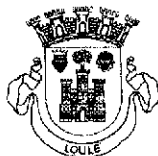
Em relação à execução orçamental da despesa, questionou se o aumento de 1,6 milhões de euros, com as despesas do Pessoal, tinha ou não a ver também, com a entrada de pessoal, que estaria em prestação de serviços com recibo verde e que passou para o Quadro de Pessoal? Ou representa o quê?-----

Referiu também, que nesta execução orçamental da despesa, em relação a Maio de 2018, há uma diferença de quase 12 milhões de euros, em obra parece haver um aumento de 4 milhões de euros, pelo que, gostaria que o valor em relação às obras feitas, fosse de facto superior.-----

Sobre a questão do Provedor do Município, que colocou no Período Antes da Ordem do Dia, e que não foi respondida, voltou a colocá-la ao Executivo.-----

Relativamente à Unidade de Execução, perguntou também se o Executivo se encontrava disponível, para alargar o período de Discussão Pública, pois ouviu dizer na Sessão anterior, que este assunto não teria nada a ver com a Circular Norte de Loulé, falando sobre a aprovação da Proposta da Câmara Municipal n.º 765-2019, referente à Unidade de Execução Eixo Norte/Nascente de Loulé e Urbanização Adjacente, e porque é que tem este título de Unidade de Execução Circular Norte?-----

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, que começou por se dirigir à Senhora Vereadora Heloísa Madeira, dizendo que a sua função de Vereadora era executiva, e a dele de Deputado, como político, e sobre a intervenção que a Senhora Vereadora fez, disse ter ficado com a ideia de que foi a Câmara Municipal de Loulé que apresentou ao Governo este projeto, ficou com a ideia que esse projeto, saiu das Bases para cima, errado, saiu de cima para baixo, como sempre, e voltou a dizer, 2014 Governo PSD, 2015 Governo PSD, e o PS depois, deveria ter revertido esta legislação, a Lei n.º 31/2014 e a Lei n.º 80/2015, que veio ainda transformar a Lei de Bases, mais restritiva de autonomia do Poder Local, ao contrário do que disse a Senhora Vereadora, é um Decreto centralizador, não dá autonomia aos Municípios, na elaboração dos Planos de Pormenor de Urbanização, e quando diz que foram ouvidas todas as Entidades...disse que estava farto deste discurso, porque as Entidades são todas ouvidas, só que não vê em nenhum lado, nada contraditório, e o PS deveria ter apresentado algo contraditório em relação à Lei de Bases, e não apresentou, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

nós estamos a seguir aquilo que a Administração Central publica e manda cá para baixo, e a Câmara Municipal não tem autonomia, e ainda por cima, a Administração Central vai entrar no mercado de regulação direta do mercado dos solos, porque vai dizer aqueles que são e os que não são, e perante isto que vê e perante a sua experiência, parece-lhe que há aqui um domínio, cada vez mais centralizador em relação ao ordenamento do território, por parte da Administração Central, e essa é que é a verdade, e os Municípios são meros executores de estratégias governamentais, com respetivos ónus, de darem a face perante as populações, porque não é o Governo que vem dizer aqui às pessoas, que o seu terreno urbanizável, passou a ser rural, ou vai passar a ser rústico, mas sim a Câmara Municipal, é que vai dar a cara, em defesa do nosso projeto, que lhes vai tirar aquilo que eles ambicionaram durante anos, deixarem aos seus filhos, e aqui não há nada de especulações imobiliárias, nada disso, o que vê, é uma herança patrimonial de um pai, para o avô, para o neto, na perspetiva de contruírem uma casa, e que lhes vai ser retirado, e que parece ser retirado pela Câmara, mas é tirado pelo Governo, e a Câmara está a cumprir, e esta é que é a verdade, e é preciso reverter profundamente, a substituição total desta legislação, e que deem competências aos Municípios.-----

Seguidamente pediu a palavra o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, dizendo que depois da intervenção do Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), quase que não valia a pena intervir, porque ao longo dos 12 anos em que foi Presidente da Câmara Municipal de Loulé, notou-se sempre a tentação do Governo Central, em controlar a ação do poder executivo a nível local, isso tem vindo a acontecer e cada vez mais vai ser pior, e como dizia o Senhor Deputado do PS, nós é que damos a cara, nós é que conhecemos as realidades locais, nós é que conhecemos as pessoas, nós é que investimos nas estratégias para o Concelho, e lá em cima no Governo Central, ou a nível regional, é que decidem.-----

E relativamente ao que o Senhor Presidente da Câmara disse, sobre a Circular Sul, e apesar de dizer que não concordar bem que a A22 seja uma alternativa, mas que de certa forma agora até dá jeito agarrar na ideia do Eng.º José Graça, referiu que as pessoas para passarem na A22, para irem para Faro, têm que pagar portagem, e parece que o Senhor Presidente Vítor Aleixo, se esquece desse pormenor, porque de certeza que não passa lá, ou se passa é num carro da Câmara, e isso são pormenores importantes para quem vive o dia a dia, e a Circular Sul, é tão ou mais importante, que a Circular Norte, e essa conversa do viaduto, pois o facto é que a Circular Norte tem ainda um viaduto maior, na Fonte da Pipa, portanto, isso é tudo conversa, e só o Senhor Presidente que passa com o motorista, às horas de ponta, de manhã, ao fim do dia e à hora do almoço, é que não vê as filas de trânsito que juntam na Goncinha, e à entrada de Loulé, para

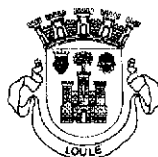


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

entrar e para sair, e cá em cima, na Estrada para S. Brás de Alportel, e como é que nós podemos querer, que a cidade de Loulé se afirme, por direito próprio, como sede deste Concelho, se está completamente congestionada, e esta visão, não tem nada a ver com o ambiente como o Senhor Presidente da Câmara diz, porque cada vez mais, vai haver carro elétricos, não é pela questão de não fazer estradas que o ambiente melhora, porque cada vez mais a tecnologia vai desenvolver carros menos poluentes, e carros elétricos, e falando da questão do ambiente, felicitou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alte, pela intervenção que fez, porque também tem a consciência que a primeira bandeira verde que veio para este Concelho foi durante o seu tempo de mandato, e as primeiras ciclovias, e as primeiras bicicletas, em Vilamoura, foi no seu tempo, e se o Senhor Presidente da Câmara é tão amigo do ambiente, deveria estar preocupado com o que se passa na Cortelha, que nos diz diretamente respeito, e as atrocidades que continuamos a ver todos os dias lá, porque de facto é fácil falar numa coisa abstrata, o ambiente, com certeza, porque respiramos o ar, é importante, mas nós temos coisas localmente que devíamos fazer, e devíamos ter muito mais atenção, para as fazer.-----

Sobre os Planos, dirigiu-se à Senhora Vereadora Heloísa Madeira, e disse que ela tinha o direito e a obrigação de fazer os Planos, mas enquanto Deputado, também tem o direito de perguntar pelos Planos que vieram do seu tempo de mandato, afirmando que iria votar contra, porque não concorda com o que a Senhora Vereadora está a fazer, porque, disse que tinha uma Praça imensa em frente ao Estádio, tinha equipamentos importantes para a cidade de Loulé, e sobre isto a Senhora Vereadora disse de uma forma pouco clara, o que é que ia ficar, e o que é que não ia ficar, mas no seu entender, acha que é um desperdício não aproveitar muito do que foi feito no tempo do seu mandato, aliás porque não deixa de ser curioso, que todos os Planos que deixou aprovados, este Executivo Socialista deixou cair, e como tal, gostaria de perguntar à Senhora Vereadora, durante estes últimos 6 anos, quantos Planos o Executivo Socialista aprovou? Porque no seu tempo de mandato deixou muitos aprovados!-----

Pediu também a palavra o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, que sobre a matéria financeira, gostaria de tecer algumas considerações, dizendo que constata que nas receitas, concretamente na venda de bens e serviços, um aumento de 47%, face a igual período do ano passado, um valor que é bastante significativo, quase cerca de 2 milhões de euros, e no total da despesa, constatou um aumento significativo de 33,6%, e olhando para as diversas rubricas, constata que a aquisição de bens de capital, significa um aumento de 72,5%, 4 milhões de euros, pelo que presume que este valor terá a ver com o investimento e verbas de investimento, por outro lado, tal como já foi referido, as despesas com o pessoal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

também têm um aumento significativo, e do ponto de vista de estabilidade futura, também temos que ter sempre atenção porque representa quase 16%.----

Usou de seguida a palavra o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, que voltou a falar da questão da Fonte Santa, dizendo que faz parte da memória coletiva dos cidadãos de Quarteira, a Fonte Santa, apesar de ela infelizmente já ter perdido grande parte da sua dignidade, e serão as hortas que o Senhor Presidente pretende para lá que irão dignificar aquela zona?-----

Relativamente ao Centro Cultural e de Educação de Quarteira, e do valor de 7 milhões de euros, disse que é um número muito redondinho, sem haver projeto, há dinheiro, o que dá uma noção de grandeza interessante, o que não é de estranhar porque o Senhor Presidente da Câmara tem uma tendência, a de fazer os projetos em muitas fases, e depois quando eles estão feitos, altera-os e estica-lhes fases, como o projeto do Mercado de Quarteira, como o projeto do Passeio das Dunas, perguntando em relação a este primeiro, o Centro Cultural e de Educação de Quarteira, se seria exequível nos próximos 10 anos, e se seria dentro deste valor, do número tão redondinho de 7 milhões de euros?-----

Quanto à Rede Concelhia de Desfibrilhação Automática, perguntou para quando a sua concretização? E da sua colocação no território?-----

Por fim, questionou o Executivo se estava a pensar em alargar a amplitude dos transportes urbanos na zona de Vilamoura, e se já existia alguma proposta concreta, uma vez que é uma zona onde diariamente trabalham lá centenas de pessoas e não têm transporte coletivo da Câmara.-----

Para responder a algumas questões colocadas, foi concedida a palavra à Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, que respondendo ao Senhor Deputado Seruca Emídio (PSD), disse que em relação aos Planos, a posição deste Executivo é realmente oposta à sua, porque realmente não lhe interessa ter muitos Planos se eles não saírem do papel, como Vereadora, interessa-lhe fazer Planos e executá-los, e se eles não tiverem exequibilidade e a adesão que é necessária, quer da parte do Município, quer da parte dos proprietários, não servem para nada, e nisso o Executivo PSD anterior, em todos os Planos fizeram, quando não foi em articulação com promotores imobiliários, foi uma falácia, porque tiveram execução zero, esses Planos tiveram execução zero, e Planos com execução zero, são travões ao desenvolvimento, não são motores do desenvolvimento, porque este Plano que está pensado desde 1993, nunca saiu do papel, este e outros, e Planos que são tão importantes mas que não saem do papel, não servem para nada, não servem para planear, e a morte anunciada deste Plano de Pormenor Loulé Sul, já tinha sido referida pelo Senhor Presidente da Câmara em diversas Sessões, e a decisão já vinha nas entrelinhas do REOT, ou seja, Planos com execução zero,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

têm uma sentença de morte anunciada, e no caso deste Plano, há projetos concretos para ali, e vão ali ser executadas coisas, que vão promover o desenvolvimento da cidade de Loulé, de uma forma que esta cidade nunca viu, e não só desta cidade, do Concelho de Loulé, da Região e do País, como é o projeto do ABC.-----

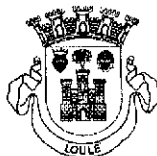
Relativamente à situação colocada pelo Senhor Deputado Rogério Rochinha (BE), sobre a possibilidade de prorrogação do prazo de Discussão Pública do processo da Unidade de Execução, está a ser ponderada, porque o período termina no final desta semana, e com certeza será anunciada a decisão da Câmara Municipal, mas até agora, não faltou espaço para a Discussão Pública, mas a Câmara não vê com maus olhos a necessidade, se a população assim o entender, se os proprietários assim o entenderem, de prorrogar este período, por algum tempo, que ainda não está definido.-----

Quanto à confusão que há sempre entre esta Unidade de Execução e a Circular Norte, voltou a dizer que são dois projetos completamente distintos, esta Unidade de Execução, vai dar continuidade também ao eixo viário urbano da Circular, ou seja, nasce numa Rotunda da Circular, mas não é a Circular Norte, a Circular Norte é o projeto que será finalizado e apresentado no próximo mês, e que irá ser concretizado, e esta Unidade de Execução é um eixo viário urbano, é uma rua urbana com urbanização e infraestruturação adjacente, tem água, esgotos, e a Circular tem zonas de proteção não edificantes, que evitam exatamente a urbanização, e o que se pretende com esta Unidade de Execução, é construção de cidade, é construção de espaço urbano, organizado, para o crescimento da cidade.-----

Foi também dada a palavra ao Senhor Vereador Carlos Carmo, que começou por falar da Moção, de Outubro de 2018, referida pelo Senhor Deputado Fábio Nobre (PS), dizendo que algumas das medidas referidas já estão em execução ou a serem preparadas, nomeadamente, o copo de plástico reutilizável que irá ser utilizado no próximo Festival MED, e que já desde 2014 que é utilizado, sendo a razão de candidatura, para que qualquer Entidade possa realizar o seu projeto e candidatar-se ao Fundo Ambiental, para qualquer outra medida adicional, já fazendo parte das condições de qualquer candidatura, e esta é uma medida que a Câmara Municipal já tem em curso.-----

Também os sacos dos dejetos caninos, a Câmara também já está a consultar o mercado, e muito em breve eles serão substituídos por sacos em papel ou de material biodegradável.-----

Referiu que também noutros eventos da Câmara Municipal, substitui-se na totalidade todos os materiais por materiais biodegradáveis.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

No que concerne à organização de eventos, a Câmara Municipal de Loulé, é um acérrimo defensor de um evento que vai decorrer pelo 2.º ano, que é a FAVA (Feira de Ambiente e Vegan do Algarve), que este ano irá realizar-se no Parque Municipal de Loulé, e terá entre outras iniciativas, um conjunto de workshops e debates com especialistas na área do ambiente, na área das alterações climáticas, e como tal, não caiu em saco roto a Moção que foi apresentada, e a Câmara está a trabalhar nela com todo o afinco.-----

Para responder às questões de cariz financeiro, foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente**, e começando pelo assunto da receita e das transferências de capital, disse que passaram de 940.000 mil euros para 2 milhões de euros, que tem a ver com uma maior execução dos Fundos Comunitários, e outra receita que também aumenta substancialmente que é a venda de bens e serviços, que tem a ver com os registos que foram atrasados.-----

Em relação às despesas, o aumento genérico em cerca de 11 milhões de euros, deveu-se a três situações, uma são as despesas com o pessoal, aumentando cerca de 1,6 milhões de euros, que se deve ao facto dos funcionários, em Maio de 2018, eram cerca de 1.575, em Maio de 2019, passaram para 1.709, com a integração até ao próximo ano, de todos os funcionários que estavam a recibos verdes passarem para os Quadros da Câmara, seja a Termo Certo, seja a Termo Incerto, e isto tem a ver com a política de gestão de pessoal que este Executivo pretende implementar na Câmara. Também esta aquisição de serviços, deve ser discriminada, e há várias situações, sendo que uma delas, com uma causa maior, tem a ver com o facto de 2018 ter entrado em vigor o novo Código de Contratação Pública, levando a que um conjunto de procedimentos, nomeadamente com implicações nesta rubrica, tivesse execução um pouco mais à frente, mas esta rubrica está monitorizada e controlada, sendo que, só podemos de facto ter aqui alguma noção da sua execução, mais próximo do último trimestre, embora hajam despesas, de alguma grandeza, falando da despesa de 700.000 mil euros, chamadas de despesas pontuais, que têm a ver com a contratação externa de serviços, muitos deles relacionados com projetos, de arquitetura, de consultadoria, de assessoria, para que o investimento e os projetos que este Executivo quer lançar, porque a estrutura da CML não consegue responder a esta quantidade de projetos que quer implementar e executar.-----

Sobre a despesa corrente, houve um aumento de 19%, mas a despesa de capital, aumenta 74%, e isto é substancial, quer dizer que existe um aumento muito grande, nomeadamente na aquisição de bens de capital, e que cada vez mais, irá aumentando.-----

Disse também, que o saldo bancário da Câmara, a 14 de Junho de 2019, totaliza cerca de 75 milhões de euros, continua o equilíbrio orçamental, que tem uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

sustentabilidade que este Executivo quer que seja a médio prazo, mas ao mesmo tempo, aumenta um investimento fortemente.-----

Como última nota, disse que sobre o orçamento municipal para o ano de 2020, disse que iria ter uma estrutura diferente, porque vai introduzir aquilo que se chama, mediante o estudo do último orçamento, aquele estudo de impacto do nosso imposto variável, o IMT, vai originar uma matriz de cálculo, para que, aquilo que são as oscilações na receita, sobretudo o IMT, tenha uma percentagem associada ao investimento, como garantia mínima para que o Município de Loulé, possa durante anos, contribuir em termos de investimento para os projetos e para as pessoas.-----

Por fim, e para responder às últimas questões dos Senhores Deputados, foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, começando por dizer que a Câmara não tem projeto para a Fonte Santa, porque a Fonte Santa está em terrenos privados, e essa circunstância inibe a Câmara de realizar para ali um plano de recuperação, mas se surgir uma oportunidade, porque o proprietário daquela área estará em condição de insolvência, a Câmara irá equacionar essa hipótese, mas para já não.-----

Relativamente ao início da obra do Centro Cultural e de Educação de Quarteira, disse que tinha muito receio em dar datas, e não pretende confrontos das pessoas devido a atrasos, porque as variáveis são tantas no desenvolvimento de um projeto destes, mesmo contando com o apoio da Ordem dos Arquitetos Portugueses, e a Câmara irá selecionar, com auscultação pública, um projeto entre três possíveis, e isso será do domínio público, ainda este ano, e depois é que passaremos à execução material de todo o projeto, e atendendo às características da obra, uma obra de grande envergadura, isso poderá demorar até 1 ano, e só nessa altura é que estaremos em condições de abrir um concurso para a execução da empreitada, no entanto, comprometeu-se a informar regularmente os Senhores Deputados, da evolução deste processo, porque este equipamento é vocacionado para a cultura, será também uma escola única, porque vai ter o ensino oficial da dança, numa das raras escolas de ensino no País, e sobre o valor de 7 milhões de euros, trata-se de uma estimativa, porque o valor real da obra só poderá ser avançado quando o projeto é feito, com todas as medições e com todos os itens valorizados.-----

Sobre a Rede de Desfibrilhação Automática, disse que é um grande projeto do País, vai ser a maior Rede montada no País para poder socorrer pessoas com ataques cardíacos, que precisem deste tipo de assistência. A formação começará já no próximo mês, vão estar envolvidas todas as Autoridades Policiais do Concelho, nomeadamente, GNR, Marinha, Proteção Civil, Bombeiros, também Escolas, Organizações da Sociedade Civil, IPSS's, etc., e esta formação para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

poder operar com esta Rede, vai ser tutelada pelo ABC, que estabeleceu um protocolo com a AMAL, e com base nesse protocolo, vamos ser o primeiro Município com uma cobertura muito importante, e que irá ter 3 fases, ainda este ano vamos instalar 60 Postos de Socorro, no próximo ano serão instalados mais 60 Postos de Socorro, e em 2021, irão ser instalados os últimos 40 Postos de Socorro, significa que de acordo com o nosso projeto, irão ser 160 aparelhos instalados e tudo isto dentro do projeto "Coração Seguro", e cuja Sede administrativa irá futuramente funcionar no Edifício do ABC, a localizar em Vilamoura.-----

Em relação à questão do Provedor do Município, disse que ainda não está marcada data para levar a Reunião de Câmara, a proposta para abrir o processo de escolha de um Provedor Municipal, e embora isto ainda não tenha acontecido, tal não deve ser entendido como recusa deste Executivo, em cumprir um daqueles que é, um dos seus compromissos eleitorais.-----

Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos:-----

b)- Proposta 28/2019- Deliberação relativa à Eleição de 1 cidadão eleitor para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ), no seguimento de uma renúncia de 1 membro, a fim de dar cumprimento à alínea l) do ponto n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 23/2017, de 23 de Maio;---

Sobre esta proposta, o Senhor **Presidente da Assembleia**, fez um resumo deste processo, relembrando que em 2018 foi aprovada uma Lista, e que dela fazia parte, o Senhor Possolo Viegas, indicado pelo PSD, que agora pediu renúncia ao cargo, e em sede de Reunião da Comissão Permanente, com os Líderes das Bancadas, solicitou que fosse apresentada uma proposta por parte do Grupo Municipal do PSD, mantendo o acordo inicial elaborado na Assembleia, aquando da Aprovação da Lista em 2018, pelo que, o Grupo Municipal do PSD enviou uma proposta indicando a Senhora Deputada Maria José Vasques, e é esta proposta que irá a votação em urna.-----

Procedeu-se de seguida à votação em urna, por voto secreto, que após contagem dos votos teve o seguinte resultado:-----

b)- Proposta 28/2019- Deliberação relativa à Eleição de 1 cidadão eleitor para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ), no seguimento de uma renúncia de 1 membro, a fim de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

dar cumprimento à alínea l) do ponto n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 23/2017, de 23 de Maio, foi aprovada por maioria, tendo sido eleita a cidadã **Maria José Botelho da Palma Bento Vasques** (indicada pelo PSD), com 23 votos Sim, 2 votos Não e 10 votos em Branco.-----

Prosseguindo a Ordem de Trabalhos, o Senhor **Presidente da Assembleia** passou ao ponto seguinte:-----

c)- **Proposta 29/2019- Deliberação relativa às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Ano de 2018**, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, conjugado com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 925-2019**] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, invocando impedimento na discussão e votação das alíneas c), d) e e).-----

Para apresentar esta proposta, foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente**, dizendo que a Consolidação de Contas, tem a ver com o artigo 75.º da legislação, referindo que este Relatório segue o que é o Relatório das Contas Individuais, e este Relatório apresenta um sumário executivo, e depois a descrição de uma forma de leitura fácil, e o que este Relatório de Gestão Consolidada que vem de Abril, continua com o que são as contas, do ponto de vista de equilíbrio, e aquilo que é a orientação do Município em relação às Empresas Municipais, estratégica do ponto de vista de eficiência em termos empresariais, mas que nunca põe em causa, o Serviço Público prestado, que é para isso que as Empresas Municipais servem.-----

Seguidamente pediu a palavra o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, dizendo que sobre este assunto e sobre este número também tão redondinho de 75 milhões de euros de saldo, que é efetivamente muito dinheiro, e o que se depreende, analisando este Relatório, verificamos uma vez mais, que não é efetuada a comparação entre o que foi executado e o compromisso que o Executivo Municipal assumiu, aquando da aprovação nesta Assembleia relativamente ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2018, e se essa comparação fosse feita, iria verificar-se que no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano para 2018, no Relatório elaborado pela Câmara, na página 26, em Novembro de 2017, o orçamento inicial previa uma receita global e uma despesa, no montante de 100 milhões e novecentos mil euros, e o que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

sucedeu, foi que a receita total foi de 129 milhões de euros, o que fez com que houvesse um aumento de 29% em relação ao previsto, e qual foi a consequência desse aumento da receita global? Sem contar com o saldo de gerência anterior, no valor de 87 milhões de euros, será que a Câmara terá sido capaz de aumentar a despesa de capital prevista? Ou ao menos atingir o que foi inicialmente estabelecido? Não, mas uma vez não foi. Mas pior que esta reconhecida incapacidade, é o facto do Executivo Municipal, se vangloriar, pelo facto da despesa de capital ter aumentado, e o Senhor Vice-Presidente referiu aqui, que face ao ano de 2017, situou-se num valor baixíssimo de 19,7 milhões de euros, quando o que deveria ter sido feito, era reconhecer que previu executar despesa de capital no valor de 33,4 milhões de euros, e que de facto 59,98%, isso é baixíssimo, esperaríamos muito mais, e mais ambição, porque ficou 40%, alguém do objetivo por si definido, porque ninguém impôs nada, foi o Executivo que programou, projetou estes valores, e se isto não é um atestado de uma incapacidade de trabalho e de execução, então não sabe o que será.-----

Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, perguntou o que é que era necessário, para que este Executivo perceba que o grau de incapacidade é efetivamente preocupante para este Município, e o PSD já alertou esta situação diversas vezes, que a ausência de concretização é de bradar aos céus, o que preocupa todos os cidadãos que pagam impostos, porque lhes são extraídos os impostos, e esse dinheiro depois vai para os cofres da Câmara e lá fica a maturar. O que certamente os Louletanos precisam de saber, é que as suas aspirações e projetos, objetivos, não acontecem, passam os anos e não acontecem, talvez para o ano haja algo mais. Onde estão as obras por si elencadas nas Grandes Opções do Plano? Nomeadamente, a Habitação Social, o Mercado Municipal de Quarteira, a Circular de Loulé, a ligação de Quarteira a Loulé mais digna na EN396, o novo Centro de Saúde, o Centro Cultural de Quarteira, a requalificação urbana dos nós principais dos centros urbanos, e apesar de haver dinheiro, não se conseguem vislumbrar.-----

Pediu também a palavra o Senhor Deputado Rogério Rochinha (BE), dizendo que as disponibilidades financeiras a 31/12/2018, pelas suas contas totalizavam 81 milhões de euros, mas que o Senhor Vice-Presidente falou em 75 milhões de euros, como tal iria aceitar o valor dado pelo Senhor Vice-Presidente, que transitam para o ano de 2019, com resultado líquido de exercício de 11 milhões e setecentos mil euros. No ano económico de 2018, o total da receita atingiu os 108 milhões, o que corresponde a um decréscimo de 3,7% relativamente ao ano anterior, dependendo em grande da receita dos impostos diretos, IMI e IMT e IUC, pois representam 63,3% da receita total. A venda de bens e serviços, representam cerca de 16,3% da receita do ano de 2018, verifica-se aí uma ligeira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

redução do nível das receitas municipais, no montante de 4,5 milhões de euros. Aumento do investimento em 34,5 % para 19,7 milhões de euros, poderá ser um bom sinal para 2019. Controle das despesas municipais, redução de 17,5% do nível de endividamento, em 5,5 milhões de euros, parecendo que no momento está perfeitamente controlado. Em síntese, para além das transferências de verbas para as Juntas de Freguesias, Empresas Municipais e Entidades Privadas, através de Contratos-Programa, o Bloco de Esquerda refere também um bom trabalho do Executivo na área da Educação e Apoio Escolar, embora se verifique alguma ausência, na disponibilidade de salas de aula para o ensino pré-primário. Referiu também, que estão em curso, algumas, mas ainda poucas, obras de abastecimento de água, e de saneamento, no Monte Seco, Sta. Luzia, Clareanes, Malhada Velha e Carvalhal, mas ainda falta muito para a sua conclusão, tendo ficado para trás, mais uma vez, a zona da EN 125, prometida por mais do que uma vez. A habitação, as infraestruturas básicas de saneamento e águas, os equipamentos para a infância, creches, infantários, salas de ensino pré-primário, e para os idosos, lares e centros de dia, assim como, uma casa de apoio aos sem abrigo, continuam adiados. As Empresas Municipais, apresentam saldos positivos, mas depois verifica-se que há dívidas das Empresas Municipais em relação à questão do pagamento das águas à Câmara, questionando o Executivo sobre os valores atuais dessas dívidas. Disse ainda, que por diversas vezes o Bloco de Esquerda chamou a atenção, de que era bom que as Empresas Municipais, fossem uniformes na apresentação das contas, e voltaram a não ser no Relatório, e o Bloco de Esquerda gostaria que de facto isso acontecesse, que a apresentação das contas fosse uniforme. Por último disse, que coerentes com o que fizeram na anterior Prestação de Contas, o BE irá abster-se nesta votação.-----

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Calçada Correia (PS), dizendo que a Consolidação de Contas, não é mais do que a integração das contas do universo municipal, e no fundo, já foi feito o debate dessas contas, só que parceladamente, e aqui o que importa é ver o que é que o setor empresarial municipal, representa no seu todo, e os dados que daqui se podem tirar, é que as Empresas Municipais representam cerca de 20 milhões de euros, quase 20% dos proveitos totais deste universo, que teve uma taxa de execução elevada, e que é relevante, por outro lado, disse que há aqui aspetos que o preocupam muito mais, como a situação do número de trabalhadores, porque pela primeira vez, ultrapassámos a fasquia dos 2.000, e a matéria do Quadro de Pessoal, é matéria que para si o deixa preocupado, embora neste momento seja perfeitamente sustentável. De facto, no seu entender, os números da consolidação são espetaculares, dando o exemplo dos fundos próprios do Município, que financia cerca de 75% do ativo líquido, e sobretudo tem que se ver que temos quase 426



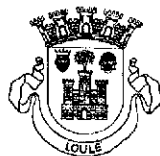
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

milhões de euros e se fossem avaliados muitos destes ativos, obviamente que este número disparava muito mais, temos fundos próprios de 302 milhões de euros, isso é extraordinário, e são estes dados e ponto de visão, que temos que ter aqui em conta, e no fundo este debate da consolidação, deveria centrar-se basicamente nisto, porque no fundo, já em Abril, há 2 meses atrás, discutimos o que são efetivamente as contas parcelares.-----

Pediu o uso da palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que relativamente a este último ponto, disse que concordava com o que disse o Senhor Deputado Calçada Correia (PS), porque esta matéria já foi de facto debatida, mas quando se analisa a consolidação das contas, verifica alguns fatores que preocupam o PSD, sobretudo os custos com o pessoal, que aumentaram de 2017 para 2018, na ordem dos 8,9%, passando de 32 milhões de euros para 35 milhões de euros, voltando novamente a afirmar que se está a criar uma estrutura de custos, muito rígida, e que pode de alguma forma indiciar um perigo para o equilíbrio financeiro da Câmara Municipal de Loulé, especialmente quando se olha depois para os proveitos, e se vê que existe uma redução de proveitos, cerca de 7,8%, que passaram de 127 milhões de euros para 116 milhões de euros, e o resultado do exercício líquido refletiu isso, passou de 18 milhões de euros para 13 milhões de euros, tendo uma redução clara de 26% do resultado líquido, e isto faz jus ao que já tinha dito, que por um lado está-se a incrementar despesa, despesa essa que não é flexível, é uma despesa rígida, e isto a curto prazo pode levar a um desequilíbrio financeiro.-----

Também quis deixar uma nota, dizendo que quando se olha para o saldo de gerência, verifica-se que passa o próximo ano com cerca de 79 milhões de euros, e apesar das promessas feitas pelo Senhor Presidente da Câmara, o facto é que existe disponibilidade financeira, existem Técnicos à altura para o fazer, existem meios e ferramentas, mas o facto é que as obras não aparecem, o que o leva a crer, que isto de facto acontece, porque há falta de vontade política de o fazer, e por muitas promessas que o Senhor Presidente da Câmara queira fazer, dia após dia, Assembleia após Assembleia, Comício após Comício, o PSD e os munícipes começam a deixar de acreditar na credibilidade do Senhor Presidente da Câmara, porque as promessas não se concretizam por elas próprias, mas sim através de obras.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, chamando a atenção do Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), dizendo-lhe para verificar os indicadores, e que a leitura deve ser feita de forma objetiva e correta, e vendo os indicadores, disse que nunca este universo municipal teve indicadores destes, ao nível de liquidez imediata, em que ultrapassou os 750%, a liquidez geral está



R 4 8

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

nos 800%, e quando referiu a questão do aumento de pessoal, que ultrapassou pela primeira vez os 2.000 funcionários, vendo os custos do pessoal relativamente aos custos totais, vemos que estão dentro dos parâmetros apesar de terem subido no último ano, o endividamento é cerca de 9,5%, que é manifestamente irrelevante, e estes aspetos é que têm que realmente ser referidos, e os indicadores é que nos permitem ter uma radiografia pormenorizada e objetiva da situação.-----

De seguida foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente**, que sobre a questão do investimento, referiu que de facto o investimento foi de 19 milhões de euros, estavam previstos 38 milhões de euros, e não vale a pena voltar a referir aquilo que o Senhor Presidente da Câmara tem referido, sobre o mercado de adjudicação das obras, e as regras do CCP também foram alteradas para as obras, mas o que vale a pena referir, é que está sistematicamente a ser questionado, as obras que estão em curso atualmente no Município de Loulé, advêm da informação que foi enviada aos Deputados Municipais, e como tal, na página 37, e na página 38, dessa informação, estão um conjunto de obras que estão em execução, não vale a pena referi-las, mas é importante rever esta informação.-----

Sobre a questão da EN 125, foi apresentado aos residentes daquela zona, o projeto final, há um acompanhamento permanente por parte deste Executivo, e como tal, há condições para que em breve esta obra possa avançar, com o concurso, não se sabendo ainda a data.-----

Relativamente à questão do aumento de pessoal, e que vai continuar a aumentar, é preciso perceber uma coisa, o próprio orçamento da Câmara, vai aumentar no futuro, quer derivado às finanças locais, onde vamos ficar com uma parte da receita do IVA, vamos ter também um conjunto de competências que vêm da Administração Central, e com elas vêm um conjunto de receitas, também é verdade que vem um conjunto de despesas, e é por isso que este pessoal está a entrar, e portanto a própria estrutura orçamental da Câmara vai mudar, e apesar de haver este aumento com a despesa de pessoal, ela está ser preparada para aquilo que advém no futuro, ao nível da receita, e é por isso que a percentagem maior de pessoal que entrou, é de Técnicos Superiores, porque havendo novas competências a Câmara tem que ter pessoal especializado, o que é uma mudança de paradigma, mas temos que olhar para o futuro e temos que nos preparar para isso.-----

Quanto à questão da taxa de execução, o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, referiu e muito bem, que é das mais elevadas.-----

Relativamente à questão do IMT e da sua volatilidade em relação às receitas, também está a ser estudada uma colaboração, para que seja analisado dentro do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Departamento Financeiro da Câmara e os outros Departamentos, a questão da execução do que é proposta em termos orçamentais, sempre numa lógica de que internamente, seja cada vez mais rigorosa a informação, cada vez melhor a sua monitorização.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que sobre a intervenção do Senhor Deputado Calçada Correia (PS) relativamente aos custos com pessoal, referiu que de facto tem havido uma ascensão desses custos desde 2016, e quando se confronta o denominador dos custos com o pessoal dos 37 milhões de euros em 2013, com os 90 milhões de euros em 2016, os custos com o pessoal dispararam para 47% a 48%, e esta é que é a verdadeira preocupação do PSD.-----

Terminadas as intervenções sobre esta matéria, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou à votação da proposta:-----

c)- Proposta 29/2019- Deliberação relativa às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Ano de 2018, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, conjugado com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 925-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por maioria, com 23 votos a favor do PS, 11 abstenções (9 PSD, Deputados Mário Botelho, Seruca Emídio, Maria José Vasques, Sêrgia Medeiros, Ricardo Lampreia, João Guerreiro, Bárbara Correia, Francisco Rodrigues em substituição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Salir e Margarida Correia, Presidente da União de Freguesias de Querença/Tôr/Benafim), 1 do BE, Deputado Rogério Rochinha, 1 do CDS, Deputado António Farrajota, e 1 impedimento invocado pelo Deputado do PS, Carlos Costa.-----

Prosseguindo a Ordem de Trabalhos, passou-se à discussão conjunta das 2 propostas seguintes, sendo posteriormente a votação das mesmas, feita separadamente:-----

d)- Proposta 30/2019- Deliberação relativa à 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita/2.ª Revisão ao Orçamento da Despesa/2.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais/2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 934-2019]; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

e)- **Proposta 31/2019- Deliberação relativa à Assunção de Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais**, para efeitos do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 954-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Sobre a primeira proposta, referente à 2.ª Revisão do Orçamento, pediu a palavra o Senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, dizendo que há uma alínea onde existe um reforço de 2,5 milhões de euros na aquisição de terrenos, e o BE gostaria de saber a que fim se destinam estes terrenos e se eventualmente farão parte da Estratégia Local de Habitação da Câmara Municipal, e o mesmo se refere à alínea da aquisição de imóveis com um reforço de 1 milhão e 250.000 mil euros.-----

Também gostaria de saber, que requalificação do espaço do passeio da ciclovia na Avenida Carlos Mota Pinto, que tem um reforço de 350.000 mil euros, que requalificação é esta?-----

Referiu, que o BE verifica com agrado, mas também, dizendo que afinal tinham alguma razão, de que vão ser feitas duas Escolas, uma em Loulé, outra em Quarteira, com as valências de pré-escolar e 1.º ciclo, isto porque o Executivo começou a constatar que de há 2 anos para cá, começou a haver alguma sob lotação, e o BE regista esta constatação e esta medida com agrado, e da creche que aqui se fala.-----

Disse também, que o BE gostaria de saber, sobre qual era a posição do Executivo, em relação à possibilidade, que parece real, da extensão do Centro de Apoio à Criança e da Fundação António Aleixo.-----

Por fim, disse que nesta Revisão, vê muitas alterações temporais de execução, questionando sobre quais os motivos para que isto aconteça.-----

Pediu também a palavra, o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, dizendo que constata com agrado que a proposta da alínea e), sobre os Compromissos Plurianuais, apresenta já valores significativos e congratula-se com o facto de no ano de 2020, apontar para quase 50 milhões de euros de Compromissos, todavia, verifica que há grandes alterações de ano para ano, no Mapa de Compromissos Plurianuais, na cotação financeira, que são alterações que não se compreendem, por exemplo, os investimentos que já estiveram previstos inúmeras vezes para Vilamoura, de repente caem, dos quais, um deles era para ter sido feito a partir de 2012, depois em 2016 numa 3.ª Revisão que veio aqui e que foi aprovada, referindo-se à requalificação da Alameda da Praia da Marina de Vilamoura, à requalificação da Rua do Clube Náutico e da Rua da Botelha, esta última que esteve prevista logo após a requalificação do Anel dos Hotéis, e entretanto têm



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

sido permanentemente adiadas, entre outras requalificações em Vilamoura, que foram aprovadas em 2016 e depois caem, e agora ficou bastante admirado por esta grande proposta de Compromissos Plurianuais não contemplar estas obras, e a única que contempla em relação a Vilamoura, é a ligação da Rua dos Pinheirinhos, que é urgente, e vital, e que é uma obra muito pequenina, e a construção da Rotunda entre a Mota Pinto e a Estada de Vilamoura, de resto mais nada, ou seja, obras que têm sido permanentemente prometidas, desde 2013, e que se referem a uma zona importantíssima como é da Rua da Botelha, e que está muito degradada, continuará neste estado, e é algo que não consegue compreender, e que não pode de deixar de se manifestar sobre esta preocupação e esta mágoa!--

Pedi também a palavra o Senhor **Deputado Marco Ferreira (PS)**, dizendo que a sua intervenção vem no sentido das questões da saúde, realçando a atividade do Executivo Municipal, referindo o projeto do ABC, e realçando a edificação do novo espaço de saúde que está projetado, e em análise, referindo também que até dia 27 de Junho, no espaço da Câmara Municipal de Loulé, está em votação pública, duas propostas concorrentes, para a conceção do novo edifício de Serviços de Saúde, da cidade de Loulé, e como todos sabem, a Direção Executiva do Agrupamento dos Centros de Saúde Central U, da zona com maior número de Centros de Saúde da Região Algarvia, que vai desde Olhão até Albufeira, vai ficar sediada em Loulé, e isto não é coisa pouca, porque no tempo do Governo PPD/PSD, isto era inimaginável, a Governação a par da TROIKA, retirou mais de mil milhões de euros aos projetos e ao Serviços Nacional de Saúde, e é com grande alegria, para o Algarve, para o Concelho de Loulé, ver agora esta obra acontecer, e que esta zona da cidade de Loulé, com o Plano de Execução que foi referido previamente na Sessão anterior, como no início desta Sessão, vem trazer dinamismo àquela zona, a par do novo edificado dos Serviços de Saúde, surge e muito bem, a prioridade à Circular Norte, que vem ali reforçar a acessibilidade, a mobilidade ao futuro espaço de saúde, a possibilidade de edificação de habitações naquela zona, e dispor de habitação aos profissionais, às pessoas e às famílias, desviando o foco da cidade de Loulé, do seu centro, e da zona sul, para norte, criando uma nova área de crescimento da cidade, o que é interessante.-----

Deixou ainda uma nota, dizendo que este Governo do Partido Socialista, está de facto a recuperar a pouco e pouco, o Serviço Nacional de Saúde, e aproveitou também para informar que na Freguesia de Quarteira, recebemos mais dois especialistas de medicina geral familiar.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, interrompeu a intervenção do Senhor Deputado Marco Ferreira (PS), dizendo que já não se estava a debater o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Relatório de Atividade Municipal, e que a sua intervenção estava fora do tema de debate.-----

Não havendo mais inscrições para debate destas duas propostas, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou de seguida à votação das mesmas, separadamente;-----

d)- **Proposta 30/2019- Deliberação relativa à 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita/2.ª Revisão ao Orçamento da Despesa/2.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais/2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos**, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 934-2019], foi votada e aprovada por maioria, com 24 votos a favor (23 PS e 1 BE), 10 abstenções (9 PSD dos Deputados, Seruca Emídio, Mário Botelho, Maria José Vasques, Sêrgia Medeiros, Ricardo Lampreia, João Guerreiro, Bárbara Correia, Francisco Rodrigues em substituição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Salir e Margarida Correia, Presidente da União de Freguesias de Querença/Tôr/Benafim), 1 do CDS do Deputado António Farrajota, e 1 impedimento do Senhor Deputado do PS, Carlos Costa.-----

e)- **Proposta 31/2019- Deliberação relativa à Assunção de Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais**, para efeitos do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 954-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por maioria, com 24 votos a favor (23 PS e 1 BE), 10 abstenções (9 PSD dos Deputados, Seruca Emídio, Mário Botelho, Maria José Vasques, Sêrgia Medeiros, Ricardo Lampreia, João Guerreiro, Bárbara Correia, Francisco Rodrigues em substituição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Salir e Margarida Correia, Presidente da União de Freguesias de Querença/Tôr/Benafim), 1 do CDS do Deputado António Farrajota, e 1 impedimento do Senhor Deputado do PS, Carlos Costa.-----

Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou de seguida às 6 propostas de Não-Aceitação de Transferências Competências, feitas pela Câmara Municipal, devidamente justificadas:-----

h)- **Proposta 32/2019- Deliberação relativa à Não-Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de Janeiro, que prevê a Transferência das Competências para os Órgãos Municipais no Domínio da Proteção e Saúde Animal de animais de companhia**,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

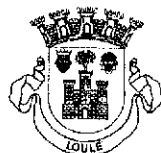
no Domínio da Proteção e Saúde Animal de Animais de Produção e no Domínio da Segurança dos Alimentos, para os anos de 2019 e 2020; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1048-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

i)- Proposta 33/2019- Deliberação relativa à Não-Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de Maio, que prevê a Transferência das Competências para os Órgãos Municipais no Domínio da Gestão das áreas Afetas à Atividade de Náutica de Recreio e dos Portos Comerciais Nacionais Principais ou Secundários e no Domínio da Gestão das Áreas sob Jurisdição Portuária sem utilização portuária reconhecida ou exclusiva e de áreas Urbanas de Desenvolvimento Turístico e Económico não afetas à Atividade Portuária, para os anos de 2019 e 2020; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1052-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

j)- Proposta 34/2019- Deliberação relativa à Não-Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais e das Entidades Intermunicipais, no Domínio da Educação, para os anos de 2019 e 2020; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1053-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

k)- Proposta 35/2019- Deliberação relativa à Não-Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 97/2018, de 28 de Novembro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais e das Entidades Intermunicipais, no Domínio da Gestão das Praias Marítimas, Fluviais e Lacustres, integradas no Domínio Público Hídrico do Estado, ao abrigo do artigo 19.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 97/2018, de 28 de Novembro, para o ano de 2020; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1055-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

l)- Proposta 36/2019- Deliberação relativa à Não-Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 105/2018, de 28 de Novembro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais, no Domínio da Habitação, ao abrigo do artigo 17.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 105/2018, de 28 de Novembro, para o ano de 2020; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1057-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

m)- Proposta 38/2019- Deliberação relativa à Não-Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 107/2018, de 28 de Novembro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais, no Domínio do Estacionamento Público, ao abrigo do artigo 27.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 107/2018, de 28 de Novembro, para o ano 2020; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1059-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Sobre estas propostas, pediu a palavra o Senhor Deputado Rogério Rochinha (BE), dizendo que o BE iria votar a favor nestas 6 propostas, porque o BE estará sempre de acordo com qualquer proposta que venha a esta Assembleia de Não-Aceitação, no entanto gostaria de saber e pediu ao Senhor Presidente do Executivo Camarário, que informasse esta Assembleia, quais foram as propostas de Aceitação, que houve até hoje, e quais as contrapartidas financeiras que houve para a Câmara Municipal.-----

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia, informou que já tinha solicitado ao Executivo, o ponto de situação de todas, das que foram Aceites e das Não-Aceites, e que o mesmo fosse enviado para esta Assembleia para conhecimento de todos os Senhores Deputados.-----

Prosseguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia, passou de seguida à votação das 6 Propostas, separadamente:-----

h)- Proposta 32/2019- Deliberação relativa à Não-Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de Janeiro, que prevê a Transferência das Competências para os Órgãos Municipais no Domínio da Proteção e Saúde Animal de animais de companhia, no Domínio da Proteção e Saúde Animal de Animais de Produção e no Domínio da Segurança dos Alimentos, para os anos de 2019 e 2020; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1048-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por maioria, com 27 votos a favor, (24 do PS, 1 do BE do Deputado Rogério Rochinha e 2 do PSD dos Deputados Francisco Rodrigues em substituição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Salir e Margarida Correia, Presidente da União de Freguesias de Querença/Tôr/Benafim), 8 abstenções (7 PSD dos Deputados Seruca Emídio, Mário Botelho, Maria José Vasques, Sêrgia Medeiros, Ricardo Lampreia, João Guerreiro e Bárbara Correia, 1 do CDS do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Deputado António Farrajota.-----

i)- Proposta 33/2019- Deliberação relativa à Não-Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de Maio, que prevê a Transferência das Competências para os Órgãos Municipais no Domínio da Gestão das áreas Afetas à Atividade de Náutica de Recreio e dos Portos Comerciais Nacionais Principais ou Secundários e no Domínio da Gestão das Áreas sob Jurisdição Portuária sem utilização portuária reconhecida ou exclusiva e de áreas Urbanas de Desenvolvimento Turístico e Económico não afetas à Atividade Portuária, para os anos de 2019 e 2020; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1052-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por maioria, com 27 votos a favor, (24 do PS, 1 do BE do Deputado Rogério Rochinha e 2 do PSD dos Deputados Francisco Rodrigues em substituição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Salir e Margarida Correia da União de Freguesias de Querença/Tôr/Benafim, 6 abstenções (5 PSD dos Deputados Mário Botelho, Maria José Vasques, Sêrgia Medeiros, Ricardo Lampreia e Bárbara Correia e 1 do CDS do Deputado António Farrajota), e 2 votos contra do PSD dos Deputados Seruca Emídio e João Guerreiro.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), dizendo que é difícil para o PSD deliberar sobre estas 6 propostas, uma vez que foram apanhados de surpresa com estas propostas, e que gostariam de saber com mais pormenor quais os fundamentos que a Câmara enuncia para a Não-Aceitação, e neste momento o PSD vê-se confrontado com a celeridade da apresentação e votação destas propostas, que não constavam da Ordem de Trabalhos, foram enviadas por email, mas no seu entender fazia sentido haver mais algum fundamento prévio.---

O Senhor Presidente da Assembleia, esclareceu que as propostas foram enviadas no prazo que permite a sua inclusão na Ordem de Trabalhos, que são de 48 horas antes da Sessão, e o que se fez, foi reforçar isso com uma nota enviada pelos Gabinete de Apoio à Assembleia, de que de facto não estavam no conjunto de propostas iniciais, mas que se encontram dentro do prazo de inclusão.-----

Voltou a usar da palavra o Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), dizendo que não é a questão do prazo que está em causa, mas sim, que estas propostas deveriam ser fundamentadas, e o PSD precisa de saber qual a motivação que levou o Executivo à Não-Aceitação, nomeadamente as competências na área dos Portos, porque é uma coisa que o Executivo Camarário sempre ambicionou, porque houve sempre conflitos entre a Câmara e a Capitania, sobretudo na questão da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

limpeza das praias, e no momento em que temos a possibilidade de esbater isso, não se aceitam as competências.-----

Havendo esta interpelação por parte do Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), para além da justificação que vem na proposta, o Senhor **Presidente da Assembleia**, questionou o Senhor Presidente da Câmara se desejava prestar mais algum esclarecimento sobre a mesma.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente**, esclarecendo que de facto esta descentralização tem aqui uma palavra que é a Não-Aceitação, quando no fundo este Executivo entende que se trata apenas de um adiamento, como tal, ela irá ser aceite, mas o Executivo está a adiar, porque não está em condições para a aceitar, e isto é um adiamento, e que existem Câmaras Municipais por todo o País, que adiam umas, aceitam outras, esta situação é normal, não tem gerado discussão, esclareceu ainda que o Porto de Pesca de Quarteira, nunca irá para a alçada da Câmara Municipal, ou seja os Portos de Pesca principais nunca serão abrangidos por este pacote de descentralização de competências.-----

Após este esclarecimento, o Senhor **Presidente da Assembleia**, esclareceu que é um facto que todos Municípios, vão ter que aceitar estas Transferências de Competências, até 2021, e do seu ponto de vista, é obvio que a justificação que tem que vir sobre uma Não-Aceitação, ou um adiamento, tem que ser mais desenvolvida, e sobre isto, o que propõe que todos entendam, é que a palavra mais apropriada deveria ser "capacitação", ou seja, a Câmara considera neste momento que não tem capacitação para aceitar estas competências, e referiu que à Municípios até onde as Assembleia não aceitaram as Não-Aceitações das Câmaras, e menos com menos, dá mais.-----

Pedi também a palavra o Senhor Deputado **Seruca Emídio (PSD)**, para falar deste assunto, dizendo que não a certeza obre o que disse o Senhor Vice-Presidente, porque até 2021 muita coisa pode mudar, inclusive a Lei, e por outro lado, disse que a Câmara Municipal de Loulé, tem assumido responsabilidades de transferência de competências, que não tinha obrigação de o fazer, faz discriminadamente, aleatoriamente, assume umas aqui e outras ali, e é nesta perspetiva que era importante mais informação, nomeadamente de quais os critérios, ou razões, que levam nuns casos a assumir e a substituir-se ao Governo Central, e noutros a não-aceitar, e no caso concreto desta proposta 33/2019, no caso da gestão da frente ribeirinha, esse é efetivamente um assunto, que há muitos anos se discute, porque a Câmara não tem receitas nenhuma, e tem a despesa e a responsabilidade da gestão daquele território, dando o exemplo do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Calçada em Quarteira, e porque é que agora não se recebe, é isto que não entende.-----

Para esclarecer as questões colocadas pelo Senhor Deputado do PSD, usou da palavra o Senhor **Presidente da Câmara**, dizendo que o que acontece, é que de facto é verdade o que disse, e que este assunto foi durante muitos anos objeto de discussão, por parte dos Autarcas que tinham nas zonas ribeirinhas despesa com a limpeza urbana, e que depois era a Autoridade Marítima que cobrava as receitas de ocupação dos vários Apoios de Praia, Vendedores Ambulantes, que ocupam aquele espaço, mas quando nos foi dada a oportunidade de receber aquela competência, e o que o Executivo disse e que vai repetir, que um dos aspetos da receção dessa competência é o inúmero trabalho administrativo que vamos ter, para licenciar, para organizar os processos, para gerir os vários pedidos que nos chegam, e que são muitos, e a Câmara não tem quadros capacitados e entendeu-se que com a Autoridade Marítima Portuária, que este ano serviria para eles nos treinarem, para eles nos passarem os dossiers, os processos, que vão transitar para os Serviços da Câmara, e temos aqui um ano para nos prepararmos, e para admitir mais pessoas, porque o pessoal que temos é insuficiente, para receber esta competência e executá-la bem, e esta foi a razão fundamental que justificou este adiamento ou a Não-Aceitação desta competência, que no seu entender é uma razão suficientemente forte.-----

Feitos os esclarecimentos solicitados, o Senhor **Presidente da Assembleia**, procedeu à retificação das votações das 2 propostas 32/2019 e 33/2019.-----

Pedi a palavra o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, para fazer um a Declaração de Voto oral relativamente à ultima proposta votada, dizendo que considera que a Câmara Municipal tem todas as condições para assumir estas responsabilidades, até porque na prática quem faz a gestão destes espaços continua a ser a Câmara, e sempre o fez, e a Câmara que tem Serviços que fazem o licenciamento das esplanadas, de todos os espaços públicos do Concelho, não acredita que não tenha condições para fazer isto.-----

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, para fazer igualmente uma Declaração de Voto oral, dizendo que a matéria que interage com estas competências, tem uma importância demasiado grande para a economia local e turística, onde o Município de Loulé tem um papel extremamente importante, e que de uma forma técnica, está preparada para intervir e resolver esta questão mais célere, em benefício dos cidadãos locais e economia local, e no seu entender, esta Não-Aceitação, não defende os interesses locais, da economia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

local, e por isso votou contra.-----

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, como uma Defesa da Honra, dizendo que é impossível uma Autarquia receber tudo aquilo que lhe vai ser passado, e o que a Autarquia está a fazer, é dar um tempo para se preparar, e para trabalhar bem.-----

Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou à proposta seguinte:-----

j)- **Proposta 34/2019- Deliberação relativa à Não-Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais e das Entidades Intermunicipais, no Domínio da Educação, para os anos de 2019 e 2020; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1053-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt. -----**

Sobre esta proposta, pediu a palavra a Senhora **Deputada Helena Baptista (PS)**, solicitando esclarecimentos ao Executivo sobre a fundamentação que levou a Câmara Municipal à Não-Aceitação desta competência.-----

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, dizendo que neste caso da Educação, e como no caso da Saúde, o Bloco de Esquerda alertou há já muito tempo, que se está a tentar criar várias Saúdes, Saúdes diferentes em vários Municípios, e de facto este Município faz muito bem em Não-Aceitar esta transferência na área da Educação, e espera que em 2021, tal como disse o Senhor Deputado Seruca Emídio (PSD), nada disto entre em vigor, porque se deve falar da Regionalização e não desta Municipalização.-----

Para dar resposta ao pedido de esclarecimentos feito pela Senhora Deputada Helena Baptista, foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, dizendo que este Município em matéria de relacionamento com as Escolas, está muito à frente relativamente à generalidade dos Municípios no País, e foi até o Senhor Presidente na altura, Seruca Emídio, que aceitou e bem, responsabilidades na área da Educação, que têm vindo a ser executadas, gradualmente e cada vez melhor, mas apesar disso, esta transferência não foi aceite, porque não foi feito o despacho do Governo, relativamente ao envelope financeiro que vem associado à receção das transferências, e como esta área é muito pesada, de grande responsabilidade, que envolve a alocação de uma importante fatia do orçamento municipal e tendo um quadro indefinido neste aspeto, o Executivo achou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

prudente, para já, a Não-Aceitação da transferência desta competência.-----

Prosseguindo os trabalhos passou-se à votação da proposta:-----

j)- Proposta 34/2019- Deliberação relativa à Não-Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais e das Entidades Intermunicipais, no Domínio da Educação, para os anos de 2019 e 2020; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1053-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por maioria, com 25 votos a favor (22 PS, 1 BE do Deputado Rogério Rochinha e 2 do PSD dos Deputados Francisco Rodrigues em substituição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Salir e Margarida Correia da União de Freguesias de Querença/Tôr/Benafim), 10 abstenções (2 do PS Deputados António Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Alte e Helena Baptista, 7 do PSD dos Deputados Seruca Emídio, Mário Botelho, Maria José Vasques, Sêrgia Medeiros, Ricardo Lampreia, João Guerreiro, Bárbara Correia, e 1 do CDS do Senhor Deputado António Farrajota). -----

Passando à proposta seguinte e não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia, passou à votação da mesma:-----

k)- Proposta 35/2019- Deliberação relativa à Não-Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 97/2018, de 28 de Novembro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais e das Entidades Intermunicipais, no Domínio da Gestão das Praias Marítimas, Fluviais e Lacustres, integradas no Domínio Público Hídrico do Estado, ao abrigo do artigo 19.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 97/2018, de 28 de Novembro, para o ano de 2020; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1055-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por maioria, com 27 votos a favor (24 do PS, 1 do BE do Deputado Rogério Rochinha e 2 do PSD dos Deputados Francisco Rodrigues em substituição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Salir e Margarida Correia da União de Freguesias de Querença/Tôr/Benafim), 8 abstenções (7 do PSD dos Deputados Seruca Emídio, Mário Botelho, Maria José Vasques, Sêrgia Medeiros, Ricardo Lampreia, João Guerreiro e Bárbara Correia, e 1 do CDS do Deputado António Farrajota).-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Passando à proposta seguinte e não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia, passou à votação da mesma:-----

l)- Proposta 36/2019- Deliberação relativa à Não-Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 105/2018, de 28 de Novembro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais, no Domínio da Habitação, ao abrigo do artigo 17.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 105/2018, de 28 de Novembro, para o ano de 2020; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1057-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por maioria, com 27 votos a favor (24 do PS, 1 do BE do Deputado Rogério Rochinha e 2 do PSD dos Deputados Francisco Rodrigues em substituição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Salir e Margarida Correia da União de Freguesias de Querença/Tôr/Benafim), 8 abstenções (7 do PSD dos Deputados Seruca Emídio, Mário Botelho, Maria José Vasques, Sérgia Medeiros, Ricardo Lampreia, João Guerreiro e Bárbara Correia, e 1 do CDS do Deputado António Farrajota).-----

Prosseguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia, passou à proposta seguinte:-----

m)- Proposta 38/2019- Deliberação relativa à Não-Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 107/2018, de 28 de Novembro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais, no Domínio do Estacionamento Público, ao abrigo do artigo 27.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 107/2018, de 28 de Novembro, para o ano 2020; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1059-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Helena Baptista (PS), solicitando esclarecimentos sobre a fundamentação que levou à Não-Aceitação desta transferência de competência.-----

Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente, esclarecendo que no estacionamento público, a grande alteração, é passar as coimas, em vez de ser para a Autoridade da Segurança Rodoviária, teria que passar a ser o Senhor Presidente da Câmara a gerir este processo, relativamente às coimas leves, e à despesa associada a isto, quer financeira, quer política, e desta forma o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Executivo decidiu adiar, ou Não-Aceitar para já esta competência.-----

Prestados os esclarecimentos solicitados sobre esta proposta, o Senhor Presidente da Assembleia, colocou a mesma a votação:-----

m)- Proposta 38/2019- Deliberação relativa à Não-Aceitação da Transferência de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 107/2018, de 28 de Novembro, que prevê a Transferência de Competências para os Órgãos Municipais, no Domínio do Estacionamento Público, ao abrigo do artigo 27.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 107/2018, de 28 de Novembro, para o ano 2020; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1059-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por maioria, com 27 votos a favor (24 do PS, 1 do BE do Deputado Rogério Rochinha e 2 do PSD dos Deputados Francisco Rodrigues em substituição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Salir e Margarida Correia da União de Freguesias de Querença/Tôr/Benafim), 8 abstenções (7 do PSD dos Deputados Seruca Emídio, Mário Botelho, Maria José Vasques, Sêrgia Medeiros, Ricardo Lampreia, João Guerreiro e Bárbara Correia, e 1 do CDS do Deputado António Farrajota).-----

Concluída a Sessão, o Senhor Presidente da Assembleia, informou que no mês de Julho, iriam provavelmente haver duas Sessões, uma Sessão Extraordinária para tratar dos assuntos pendentes, alguns dos quais transitam da Sessão anterior como desta, e ver a oportunidade na próxima Reunião da Comissão Permanente, da realização da Sessão Temática sobre a apresentação do Plano de Estratégia Local de Habitação, assim como, ver qual a data da Sessão Temática sobre a Taxa Turística, caso já estejam reunidas as condições para tal, dando de seguida por terminada esta Sessão. E nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____

